



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

4 MASSAS

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO 31 - Nº 598 - DE 27 DE OUTUBRO A 10 DE NOVEMBRO DE 2019 - R\$ 4,00

Chile

Governo pinochetista de Piñera mata, fere e encarcera manifestantes



A burguesia antinacional e antipopular se vale dos métodos da guerra civil contra o levante das massas

Sob a máscara da democracia, se oculta a ditadura de classe dos exploradores

Abaixo Piñera! Por um governo operário e camponês! Viva a rebelião dos oprimidos!

Os operários, demais trabalhadores e juventude empobrecida no Chile não estão só no combate. Cresce a disposição de luta das massas na América Latina e em todo o mundo. A classe operária brasileira e internacional se solidariza com o povo chileno. O capitalismo em decadência necessariamente dará lugar ao socialismo. Para isso, é preciso reconstruir o Partido Mundial da Revolução Socialista, a IV Internacional.

102 anos da Revolução Russa de outubro de 1917

Suas raízes estão vivas, jamais serão eliminadas pela restauração capitalista
O comunismo, sociedade superior sem classes, é o destino histórico da humanidade

Crise política não impede o governo Bolsonaro de golpear os explorados

A aprovação da reforma da Previdência foi uma grande vitória de Bolsonaro/Guedes e Congresso Nacional contra a classe operária e a maioria oprimida. Tanto a votação na Câmara de Deputados, quanto no Senado, ocorreu em meio à crise política. O mesmo se passou no governo Temer. O que quer dizer que a burguesia esteve e está unida em torno às contrarreformas. Os capitalistas sabem diferenciar perfeitamente os conflitos marginais dos fundamentais. É distinto o caráter da crise política que levou ao impeachment de Dilma Rousseff, das crises sob o governo Temer e Bolsonaro. No primeiro caso, se manifestou no seio da política econômica do governo petista. O capital financeiro e o imperialismo chegaram à conclusão de que não se podia mais retardar a implantação da reforma trabalhista e previdenciária. Tratava-se de proteger seus lucros a qualquer custo, e garantir a sustentabilidade da gigantesca dívida pública. A necessidade da burguesia de realizar uma mudança substancial da política econômica e, portanto, da governabilidade, impulsionou a crise política, que nunca foi resolvida, desde a derrocada da ditadura militar.

As várias etapas de seu desenvolvimento desembocaram no golpe de Estado de 2016, e instalação de uma ditadura civil, mascarada de constitucionalidade. Eis por que Temer foi protegido para que seu mandato transitório concluísse, apesar dos escândalos de corrupção, que atingiram diretamente o presidente da República. Coube ao Congresso Nacional garantir a estabilidade política, de maneira a levar adiante o objetivo principal do golpe de Estado, que era o de aprovar as contrarreformas. O fim da transição e a eleição do novo presidente pressupunha, se não estancar, pelo menos, amenizar a crise política.

Tudo indicava que, logo de início, o governo Bolsonaro sofreria um baque com o envolvimento do ex-deputado do Rio de Janeiro e senador eleito, Flávio Bolsonaro, no esquema de corrupção e ligação com as milícias. Os interesses da burguesia no novo governo, no entanto, eram maiores do que a apuração dos crimes da família Bolsonaro. A burguesia admitiu colocar no centro do governo um facínora ligado às milícias. A outra face da crise política se manifestou diante da orientação ideológica, religiosa e fascizante. A burguesia interveio, por meio de seus vários aparatos, que inclui a imprensa, no sentido de separar a política econômica da política ideológica. Não era necessário, pelo menos no momento, radicalizar na ideologia ultradireitista, que

se voltava e se volta para a educação, família e o que se denomina “costumes”. A implantação da “Escola sem Partido”, das escolas militares, do Future-se, etc. não poderia se sobrepor à meta essencial, que era a das contrarreformas e privatizações. A burguesia cercou o governo, em seu afã de submeter a política do Estado brasileiro à do governo Trump. Não era conveniente subordinar o País à guerra comercial contra a China.

Mais recentemente, estourou a crise no interior do PSL. Esse partido surgiu do nada, assim como Bolsonaro. A derrota do PT no impeachment, e o declínio dos partidos tradicionais que dirigiram o golpe, abriram um caminho artificial para levar ao poder do Estado Bolsonaro e o PSL. Esse governo não se constituiu apoiando-se em um dos

Esse governo não se constituiu apoiando-se em um dos partidos históricos da burguesia. Assinalou, assim, a profundidade da crise política, como expressão da decomposição da burguesia nacional e de democracia burguesa.

partidos históricos da burguesia. Assinalou, assim, a profundidade da crise política, como expressão da decomposição da burguesia nacional e de democracia burguesa. Bolsonaro pretendia constituir um governo militarista, que se colocasse por cima do Congresso Nacional, uma forma típica de governo bonapartista. O que não tem sido possível, devido à sua

incapacidade de unificar as frações da burguesia e a classe média por trás da diretriz governamental fascizante.

Tudo indica que as condições políticas e sociais ainda não amadureceram para a implantação de um governo ditatorial estável. Um dos obstáculos a ser removido diz respeito à Operação Lava Jato. Trava-se um embate institucional por seu disciplinamento, subordinação e diminuição de seus poderes. A decisão do STF sobre a prisão em segunda instância é complementar à decisão de centralizar o Ministério Público, e pôr um ponto final na Operação Lava Jato. A aprovação da reforma da Previdência, sem nenhuma resistência dos explorados e com a conivência da oposição reunida em torno ao PT, reforça a unidade da burguesia no esforço de contornar a crise política, e dar novos passos na diretriz econômica de Guedes.

A divisão interburguesa é fundamental para a classe operária se defender da crise econômica, e avançar nos seus métodos de luta. A oposição burguesa, ao contrário, conta com a crise política para se potenciar eleitoralmente. Todos temem a crise provocada pela luta de classes, a exemplo do Equador e do Chile. Está aí a importância de tirar as lições sobre as traições e derrotas sofridas pelos explorados. E a decisão de continuar lutando pelo programa da classe operária.

Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa.
CAIXA POSTAL Nº 630 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO – www.pormassas.org

Revolta no Chile

Somente a classe operária no poder acabará de vez com a ditadura pinochetista

21 de outubro de 2019

O aumento da passagem de metrô foi apenas a gota d'água para se desencadear a revolta em Santiago. Desde a ditadura de Pinochet, a classe operária e a maioria da classe média suportam o peso da política pró-imperialista, ditada pelos Estados Unidos e aliados europeus. As medidas que desnacionalizaram a economia, deram plena soberania ao capital financeiro, subordinaram o país aos ditames do mercado mundial e privilegiaram uma pequeníssima camada burguesa, ou aburguesada, converteram o Chile em um campo de concentração para a maioria do povo.

Nenhum governo pós Pinochet foi capaz de destruir os pilares e as argamassas, edificadas pela ditadura, que sustentam a economia e a estrutura política do Chile. A revolta popular, o “estado de emergência”, o toque de recolher, a intervenção de tropas das Forças Armadas, a violência policial e as mortes de manifestantes põem às claras as raízes do golpe fascista de 11 de setembro de 1973, que foram acobertadas pela “democratização”, pelo acordo de proteção aos generais sanguinários, e à horda de torturadores e assassinos que impregnaram a polícia política pinochetista (DINA). Põem às claras o colaboracionismo da oposição, que assumiu a tarefa de restabelecer a democracia burguesa, no final de 1980 e início de 1990. Desde o primeiro governo da Concertação, de Patricio Aylwin, se estabeleceu que a obra de Pinochet não seria revertida.

A propaganda imperialista de que o Chile é um modelo de aplicação de economia de mercado, que lhe permitiu alcançar uma boa marca de renda per capita e reduzir a pobreza e a miséria, calou fundo em todos os governos pós-Pinochet, e estendeu aos governos latino-americanos, que seguem a cartilha do liberalismo.

A revolta nas ruas e bairros de Santiago revela a verdadeira face social do Chile, marcada pela profunda polarização entre uma ultraminoria rica e a maioria pobre e miserável. O que fez o liberalismo, que é pró-imperialista, foi manter o país desindustrializado e dependente da extração mineral, principalmente do cobre, e da agricultura. Foi colocar o Estado sob a tutela do capital financeiro, que parasita sua dívida pública e dita as prioridades do Tesouro Nacional.

Um simples reajuste inflacionário das passagens de metrô não iria, por si só, explodir um movimento de rua, marcado pelo enfrentamento com o aparato de repressão, barricadas, queima de ônibus, depredação do metrô, invasões de casas comerciais e saques. Não causaria prisões em massa, feridos e mortos. As massas nas ruas nos remetem às manifestações estudantis de abril e junho de 2006, de maio de 2011, e abril de 2012, amplamente apoiadas pela população. A juventude chilena se levantou pela escola pública, confrontando-se com a mercantilização do ensino. Soma-se à educação, a saúde privatizada, o alto custo de vida, e o amplo endividamento da classe média.

A diretriz liberal, antinacional, livrou o Estado dos encargos com a educação e saúde públicas, canalizando os recursos para atender aos interesses do grande capital. Para isso, a burguesia chilena recorreu ao golpe sanguinário de 1973. Agora, Sebastián Piñera, homem do pinochetismo, procura conter a fúria das massas com os mesmos métodos ditatoriais, recorrendo ao “estado de emergência”, à polícia e ao exército.



A revolta nas ruas e bairros de Santiago revela a verdadeira face social do Chile, marcada pela profunda polarização entre uma ultraminoria rica e a maioria pobre e miserável.

Não foi desprezível a repressão sofrida pelos estudantes, em 2006, quando o Chile era presidido pelo “socialista” Ricardo Lago (PS). Piñera enfrentou o movimento de 2011 e 2012, quando pertencia ao direitista Partido Nacional. Novamente eleito, pela coalizão “Vamos Chile”, se responsabiliza, até o momento, por 7 mortos e centenas de presos. É preciso ainda responsabilizar a ex-presidente Michele Bachellet, do Partido Socialista (PS), que hoje ocupa o alto cargo de Comissária de Direitos Humanos da ONU. Em seus dois mandatos – 2006-2010 e 2014-2018 –, governou de acordo com os ditames do capital financeiro. Mostrou-se incapaz de quebrar a estrutura de poder pinochetista do Estado. Está claro que se estabeleceu uma alternância no poder, entre a coligação dos “socialistas” e da direita pinochetista. Como a democratização não serviu para fazer um ajuste de contas com a ditadura sanguinária, as forças burguesas, que estiveram na base do golpe, se acomodaram sob a máscara da democracia burguesa. Tem sido assim, porque qualquer que seja o governo burguês precisa descarregar a desintegração do capitalismo, o atraso econômico do país semicolonial, e a sua subordinação ao imperialismo sobre a maioria oprimida.

O fracasso do governo de conciliação de classes da Unidade Popular, liderado por Salvador Allende, e a vitória do golpe fascista de Pinochet resultaram em uma profunda derrota do proletariado e do campesinato pobre. A liquidação de boa par-

te da vanguarda de esquerda, e a destruição das organizações de massa possibilitaram à burguesia chilena e ao imperialismo imporem aos explorados um período de completo silêncio. O governo de frente popular, sustentado pela aliança do Partido Socialista com o Partido Comunista, profundamente estalinizado, foi incapaz de armar a classe operária e os camponeses para impedir o golpe, que já era previsível. Essa traição é o que mais pesou e pesa nos acontecimentos que abriram o caminho para a submissão completa do Chile ao imperialismo, e para o ataque em toda a linha contra a classe operária e demais oprimidos.

Não temos dúvida de que a revolta popular contra o governo pinochetista de Piñera traz para o presente da luta de classes as lições do passado. A forma explosiva, desordenada e, em grande medida, espontânea indica a necessidade de constituir a direção revolucionária, que é o partido marxista-leninista-trotskista. A traição dos estalinistas acabou com o Partido Comunista Chileno perante o proletariado. Está aí por que continua a se arrastar por detrás dos socialdemocratas, e por que não pode estar à frente do levante contra Piñera. Não há outra via para a classe operária se colocar como direção da maioria oprimida, senão pondo em pé o seu partido. A brutal repressão não estancará a crise econômica e política em curso no país. A vanguarda consciente deve levar a sério essa avaliação, colocando-se por constituir o programa da revolução proletária. O embrião do Partido Operário Revolucionário, que vem se

Chile

desenvolvendo como seção do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional, tem trabalhado nesse sentido.

A crise chilena é parte da crise mais geral do capitalismo. Quase que concomitantemente, ocorreram a rebelião no Equador, o golpe de Estado no Peru e manifestações na Bolívia. No Brasil, a classe operária somente não foi além da greve geral parcial contra o governo direitista de Bolsonaro devido à traição da frente burocrática, constituída pelas centrais sindicais. O mesmo vem se passando na Argentina, contra o governo pró-imperialista de Macri. É muito importante o exemplo do Chile para o Brasil, cujo governo e o ministro da Economia, Paulo Guedes, defendem o pinochetismo, e estão de mãos dadas com Piñera.

Os explorados brasileiros e latino-americanos devem rechaçar a violência reacionária do Estado chileno, exigir a imediata libertação de todos os presos, responsabilizar o governo Piñera pelos assassinatos, e apoiar a rebelião popular. É preciso ainda que os explorados cheguem à conclusão de que é preciso, não só lutar pelas reivindicações mais sentidas, como também pela conquista do poder. A estratégia que leva ao poder é a da constituição do governo operário e camponês, que resulte da revolução proletária.

***Abaixo o governo pró-imperialista de Piñera!
Viva o levante das massas oprimidas!***

Ato em defesa do povo chileno

Que o governo atenda imediatamente todas as reivindicações dos explorados

Liberdade a todos os presos políticos

Responsabilizemos Piñera pelo assassinato de 18 lutadores

No dia 23 de outubro, a CSP-Conlutas realizou um ato, em solidariedade ao povo chileno, que se encontra em choque violento contra o governo de Piñera, que segue os ditames do FMI e da burguesia nacional e internacional. Aconteceu em frente ao Consulado do

golpe pinochetista de 1973. Um governo francamente pró-imperialista, que mantém a estrutura política e militarista criada pela ditadura. Lembrou que o governo de Concertação, Bachelet, não colocou abaixo o estofo de sangue que cobriu o Chile por mais de duas

lecer o embrião desse partido, o Partido Operário Revolucionário do Chile, seção do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional.

A luta dos explorados chilenos é parte da crescente polarização da luta de classes, que vem tomando conta de nosso Continente, a exemplo do Peru, Equador, Argentina e Bolívia. As massas exploradas não suportam mais o peso da crise econômica e as brutais medidas adotadas pelos governos semicoloniais, como exigência do capital financeiro. A solidariedade ao povo chileno se dará efetivamente potenciando a luta de classes em nosso País. As medidas implantadas por Piñera são as mesmas que vêm sendo impostas por Bolsonaro/Guedes. Enfrentar os governos, unindo os explorados latino-americanos para pôr abaixo os planos de fome e miséria, essa é a tarefa da vanguarda consciente.

(...) os levantes espontâneos, que explodem contra as medidas antipopulares e antinacionais do governo, indicam a necessidade de construir o partido da classe operária, marxista-leninista-trotskista.

Chile. Contou com uma vanguarda e com várias correntes de esquerda, bem como com os imigrantes chilenos que vivem no Brasil.

O POR esteve presente com o manifesto, que reproduzimos neste jornal, e fala pública. Um dos pontos destacados na intervenção foi o da caracterização do governo Piñera, como de continui-

décadas. Referiu-se às extraordinárias manifestações, principalmente a dos estudantes, em 2006, 2011 e 2012. Concluiu dizendo que os levantes espontâneos, que explodem contra as medidas antipopulares e antinacionais do governo, indicam a necessidade de construir o partido da classe operária, marxista-leninista-trotskista. O que significa fortifi-

Declaração Partido Operário Revolucionário*À classe operária, demais explorados e juventude oprimida***Na mais absoluta “paz social”, o Senado concluiu a reforma da previdência**

24 de outubro de 2019

Já não havia motivo para o governo e o Congresso Nacional comemorarem a votação final da reforma da Previdência. A derrota aos trabalhadores havia sido imposta na Câmara dos Deputados. Os senadores tão somente fariam algumas alterações cosméticas, para não parecer que simplesmente bateram o carimbo. O desmonte das manifestações de maio e da greve geral de junho, pela frente burocrática das centrais, aplainou o caminho de sua aprovação, sem que houvesse qualquer luta. A Câmara de Deputados assumiu o “protagonismo” – como passou a ação legislativa a ser qualificada por Rodrigo Maia – e as centrais arriaram a bandeira de “Não à Reforma da Previdência”. Triunfava a democracia burguesa parlamentar sobre a ação direta das massas. Isso por que as centrais sindicais sabotaram a continuidade do movimento. Nesse momento, os deputados governistas, os capitalistas e sua imprensa puderam festejar.

Uma parcela da burocracia sindical, descaradamente, teve o desplante de dizer que ainda havia tempo para “virar o jogo” no Senado. A esquerda oportunista, seguindo as pegadas dos traidores, levemente, afirmou que os trabalhadores haviam perdido uma “batalha, mas não a guerra”. O POR foi acusado de derrotista, porque denunciou a traição que havia levado à derrota do movimento. De fato, o derrotismo esteve no coração da frente burocrática, que tão somente manobrou com o descontentamento da classe operária e da maioria oprimida. O seu primeiro sinal foi sentido quando as centrais convocaram a vanguarda a fazer um abaixo-assinado. Denunciamos como distracionista e como instrumento de política parlamentar da oposição, PT, PSOL, PCdoB e outros. O segundo sinal: passaram a sujeitar o movimento às emendas parlamentares. Os fatos posteriores comprovaram a decisão da frente burocrática de manter a inércia, e participar das negociações na Câmara de Deputados.

No dia 23 de outubro, os senadores, por ampla maioria, aprovaram a reforma de Bolsonaro/Guedes, que vai economizar R\$ 800 bilhões, em dez anos, à custa do sofrimento dos trabalhadores. No dia seguinte, o Jornal O Estado de São Paulo publicava seu editorial “Seguir Adiante”, em que agradece indiretamente a traição das centrais. Eis: *“A relativa tranquilidade que cercou as diversas votações da reforma no Congresso, sem protestos do lado de fora, nem oposição significativa nas comissões técnicas e no plenário, indica que o caminho está aberto para outras reformas que se fazem necessárias para recolocar o País no rumo do crescimento e do desenvolvimento”*.

Diante do que se passou no Equador e vem se passando no Chile, essa avaliação, sintetizada na qualificação de “relativa tranquilidade”, é um suspiro de alívio que deve ter tido o governo, Congresso Nacional e a burguesia. O prognóstico de que “o caminho está aberto para outras reformas” é a indicação de que a burguesia está segura de que não encontrará resistência das massas, e que, portanto, é hora de avançar rapidamente nos ataques à

maioria oprimida.

O levante no Chile projetou um raio vermelho no seu céu azul do Brasil. As jornadas de junho de 2013 em solo brasileiro, e as inúmeras manifestações que se seguiram, bem como as duas greves gerais, assinalaram a confluência de contradições explosivas e as fortes tendências de luta no seio dos explorados. Se depender da frente burocrática e da oposição burguesa, liderada pelo PT, Bolsonaro/Guedes poderão avançar ainda mais, como já estão fazendo com as privatizações.

É esperada a aprovação da PEC da reforma da Previdência dos estados e municípios, da reforma particular da Previdência dos militares e policiais, que mantém os privilégios de casta, está em andamento a reforma administrativa, que acaba com a estabilidade do funcionalismo, e a reforma sindical, que coloca os sindicatos ainda mais sob a tutela do patronato. A reforma tributária foi adiada, o que mostra que serviu apenas de máscara ao governo Bolsonaro, que pretende se destacar como aquele que mais conseguiu realizar as contrarreformas.

O governo adiantou que os R\$ 800 bilhões não serão suficientes para resolver o déficit das contas públicas. O motivo está em que a monumental dívida pública e a sangria do Tesouro Nacional, que arca com um gigantesco montante de juros, não permitirão o equilíbrio desejados, mesmo com a imposição de brutal sacrifício dos explorados, e desnacionalização da economia.

Do couro sai a correia. A reforma administrativa objetiva desfechar um ataque sem precedentes ao funcionalismo. A quebra da estabilidade vem acompanhada da proibição das greves, no momento em que se demitirá, reduzirão os salários e terceirizará boa parte das funções. Nunca houve um ataque tão feroz contra os assalariados, e nunca houve uma subordinação tão grande da burocracia sindical e da oposição parlamentar aos objetivos estratégicos da burguesia nacional e do imperialismo. Esse é o perigo para os explorados, que, se não se rebelarem nas cidades e no campo, terão suas condições de existência muito mais agravadas.

A vanguarda classista e consciente tem de combater ferozmente a política de conciliação de classes, se lançar à propaganda e agitação do programa de reivindicações das massas, e desenvolver a estratégia revolucionária do governo operário e camponês. É preciso continuar explicando a causa da derrota do movimento, e propagandeando o método da ação direta, em especial a greve geral. É preciso continuar trabalhando pela organização de comitês de base, com objetivo prático de combater o governo antinacional e antipopular e a aplicação das contrarreformas.

***Abaixo as contrarreformas de Bolsonaro/Guedes,
Congresso Nacional e burguesia!
Em defesa do programa de defesa de vida
das massas e de sua estratégia própria de poder!***

SUBSERVIÊNCIA DO PT AOS MILITARES

Desde que iniciou a reforma da Previdência, os militares exigiram se manter em regime próprio. Argumentaram com a especificidade da função de segurança nacional. Ninguém ousou contestá-los. Era a voz das armas contra a da política burguesa. As centrais sindicais não desprenderam uma ampla denúncia da função parasitária das Forças Armadas e de seus privilégios de casta. O governo e o Congresso Nacional negociaram diretamente com os generais a melhor forma de mantê-los à parte. A manobra consistiu em duas medidas: 1) não incluir os militares no projeto geral de reforma da Previdência; 2) aprovar um projeto de lei de reestruturação da carreira, de maneira que os militares não perdessem nada com a reforma particular. Finalmente, os privilégios dos militares foram estendidos aos policiais e bombeiros. De maneira que o poder das armas prevaleceu por cima do poder político.

O projeto de reforma da Previdência dos militares, que inclui a reestruturação da carreira, vai ser decidido no âmbito da Comissão Especial da Câmara. O PT e aliados da oposição, inicialmente, exigiam que fosse aprovado no plenário da Câmara. O PT mudou de posição, mediante um acordo com o líder do governo, deputado Vitor Hugo (PSL). A negociata se deu em torno da retirada de um bônus de 10% aos generais, quando aposentassem, e a inclusão da concessão de 10% de aumento aos militares que ocuparem postos de comando. Assim, os hipócritas petistas passariam como aqueles que brigaram contra privilégios. Com a aprovação o projeto na Comissão, e enviado diretamente ao Senado, se evitará expor, na discussão do plenário da Câmara, os privilégios dos militares, e a subserviência dos parlamentares ao poder das armas.

Principal problema do Brasil

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) apurou que cerca de 104 milhões de brasileiros viviam com R\$ 413 mensais. A pesquisa se refere a 2018. Nos cálculos, foram incluídos inclusive o Bolsa-Família. O que quer dizer que esse valor seria menor ainda sem o assistencialismo do Estado. A polarização entre miséria da maioria e riqueza da minoria é assombrosa. O IBGE assinalou que apenas 2,1 milhões de pessoas, que correspondem a 1% mais rico, recebiam em média R\$ 16.297. Esse número é ainda mais trágico, quando se verifica que 10,4 milhões de pessoas subsistem com R\$ 51 mensais, em média. Não é novidade a conclusão da pesquisa de que a desigualdade se manifesta de forma mais grave entre as regiões do País. A renda média nacional per capita, por domicílio, foi de R\$ 1.337,00, em 2018. No Sudeste, R\$ 1.639; no Nordeste, R\$ 815; e no Norte, R\$ 886.

A pobreza e a miséria são crônicas. Mas, diminuem um pouco nos momentos de crescimento econômico, e aumentam assombrosamente com a estagnação e a recessão. O retrato tétrico de 2018 tem por antecedente a derrocada econômica que se iniciou em 2008, se aprofundou em 2015 e 2016, e que não se reabilitou em 2018. O presente ano repetirá as mesmas condições. Os cerca de 40 milhões de desempregados e subempregados continuaram a reforçar os dados do IBGE, que concretamente refletem a bárbara extensão da fome no Brasil.

A profunda desigualdade social resulta da exploração do trabalho, da gigantesca acumulação de riqueza nas mãos da minoria, do atraso econômico, dos desequilíbrios regionais e do saque imperialista. Sem dúvida, o IBGE tem condições de analisar aspecto por aspecto. Mas sua função é apenas mostrar o retrato das consequências. O indicador da enorme exploração da força de trabalho

O PT, portanto, colabora e faz papel de capacho.

A reforma da Previdência atinge a maioria oprimida, e mantém os privilégios da minoria rica e vinculada ao poder do Estado. Vemos que as Forças Armadas disseram NÃO à reforma geral. Disseram que não se enquadrariam nela. Mostraram claramente um poder acima dos demais poderes do Estado. Os explorados, por seu lado, tinham como força unicamente a mobilização coletiva, as manifestações, a greve geral, as ocupações de fábrica, os bloqueios, as barricadas, etc. Esses meios de luta estavam ao alcance das massas. Somente não estavam ao seu alcance as armas. Era nesse terreno da luta de classes que se resolveria o confronto entre a burguesia e o proletariado. Ocorre que o movimento das massas estava sob a direção de uma frente burocrática das centrais. A direção burocrática, tanto é servil ao Congresso Nacional, quanto às Forças Armadas. Não iria incentivar, impulsionar e organizar o potencial de luta da classe operária e demais explorados, que poderia ir das manifestações, ocupações, à greve geral. A burocracia limita o método de ação direta das massas aos marcos da democracia burguesa, ou seja, aos limites do que a burguesia e seu Estado prescrevem como possível. O resultado foi a traição da frente burocrática, e a derrota dos explorados.

Observando os acontecimentos, notamos que dois poderes se opuseram à reforma geral, evidentemente, com interesse, conteúdo e forma distintos. Os militares não precisaram fazer nada para se livrarem da contrarreforma. A classe operária, ao contrário, teve de ser derrotada, sob a condução da política de conciliação de classes.

se verifica no salário mínimo de R\$ 998, que, em 2020, irá para R\$ 1.040. O acréscimo dos míseros R\$ 42 corresponde a uma decisão da burguesia de manter a fome de milhões. Sabe-se que o salário mínimo constitui a base da pirâmide salarial.

A maioria dos assalariados trabalha muito e ganha pouco. Há que acrescentar a situação de milhões de camponeses, que mal conseguem sobreviver, praticando a economia de subsistência, e subordinando-se à opressão dos latifundiários. Os baixos salários, o desemprego e subemprego em grande escala, e a insuficiência da economia camponesa estão na base dos R\$ 413 mensais, que servem à subsistência de metade da população do País. Aí encontramos o principal problema do Brasil, que a burguesia não pode resolver.

As contrarreformas – trabalhista, terceirização e Previdência – não resultarão em superação da alta taxa histórica de emprego e subemprego, como apregoam Bolsonaro, Guedes, Maia, Alcolumbre e toda corja da imprensa burguesa. Todas são medidas que intensificam a exploração do trabalho, e destroem direitos elementares de proteção ao trabalhador. A reforma trabalhista e a terceirização liberam o patronato a precarizar as condições de contratação. A reforma da Previdência obriga a maioria explorada a trabalhar mais e receber menos, nos casos em que se consegue aposentar. Os capitalistas protegerão seus lucros, com a superexploração e quebra de direitos. O Estado utilizará os recursos economizados com a Previdência para sustentar os credores da dívida pública. Essas contrarreformas são implantadas pelo governo, não porque as forças produtivas estejam se potenciando, mas sim porque estão em processo de desintegração, não só no Brasil, mas em escala mundial.

Aumentam as condições objetivas para a classe operária se organizar e lutar pelo seu programa. Em seu fundamento, está

o objetivo de expropriar o grande capital e transformá-lo em propriedade social. A burguesia tem de ser derrubada do poder do Estado, e perder sua condição de classe que controla as forças produtivas. A luta pela expropriação da grande propriedade pressupõe a revolução proletária e a constituição de um governo operário e camponês. A estagnação econômica, que se tornou estrutural, a selvagem exploração da maioria oprimida, o saque imperialista, o parasitismo do capital financeiro, e o avanço da pobreza e miséria das massas constituem a base objetiva para a revolução de maioria oprimida, sob a direção da classe operária. Somente com esse programa, é possível lutar pelas reivindicações

elementares das massas, derrotar as contrarreformas, e proteger a vida da maioria contra o avanço da barbárie. Objetivamente, o problema principal do Brasil é esse. Mas, pouco vale o reconhecimento dessa premissa sem, igualmente, reconhecer que subjetivamente faz parte desse problema principal a crise de direção revolucionária. Acabamos de passar por duas traições, que levaram a duas derrotas profundas dos explorados.

A vanguarda está obrigada a tirar todas as conclusões desse acontecimento, para pôr em pé um programa da revolução proletária, em outras palavras, pôr em pé o partido marxista-leninista-trotskista.

Quinzena Operária

BUROCRACIA DOS PETROLEIROS PASSA POR CIMA DAS DECISÕES DE ASSEMBLEIA E SUSPENDE A GREVE

Em nota, na noite de sexta, momentos antes de iniciar a greve, a direção do Sindipetro LP decidiu cancelar a greve, passando por cima da decisão de sua assembleia, que decidiu rejeitar a proposta de acordo do TST e aprovar a greve. Os burocratas argumentaram que a suspensão se deveu ao recuo da FUP, e à posição confusa do Sindipetro RJ (filiação à FNP), que, em sua massiva assembleia, votou, em duas decisões apertadas, pela não aceitação da proposta da empresa, e pela decretação da greve.

A greve, que se iniciaria na madrugada de 27 de outubro, foi abortada. Como se vê, uma traição da burocracia. Na realidade, o TST, no primeiro acordo, já previa a manutenção do atual número de diretores desligados e, na última proposta, incluiu a questão do desconto das mensalidades, o que acalmou a burocracia. Assim, a greve, que teria como eixo a manutenção dos Acordos Coletivos, e contra a privatização do Sistema Petrobras, tinha por trás o interesse dos burocratas, na liberação e nas mensalidades.

O governo Bolsonaro e a direção da empresa jogaram a isca, e os burocratas foram fisdados. Para as direções, FUP e FNP, as assembleias e a decisão de ir à greve serviam unicamente de instrumentos para as negociatas. Não havia uma preparação efetiva da greve.

O bloqueio da burocracia de direita e de esquerda à luta dos petroleiros tem como consequência deixar o caminho aberto à privatização e liquidação dos Acordos Coletivos. No caso da privatização, estamos diante da política antinacional da burguesia e seu governo. No caso da eliminação dos Acordos Coletivos, estamos diante da implantação da reforma trabalhista.

Desgraçadamente, a burocracia sindical dos petroleiros dá um mal exemplo de como não resistir à privatização da Petrobras e ao programa geral de desnacionalização do governo entreguista. Passou da hora a necessidade dos petroleiros constituírem uma direção classista, democrática e à altura de lutar pela constituição de uma frente única anti-imperialista.

Reforma da Previdência é votada no Senado sem nenhuma resistência

A reforma da Previdência de Jair Bolsonaro/Guedes, a mando do capital financeiro, foi votada em 2º turno, no senado, no dia 23 de outubro. A CUT, em seu site, estampa as chamadas “Senado aprova a reforma mais cruel para trabalhadores e viúvas”. “Trabalhador que contribui por 20 anos vai perder 30% da aposentadoria”. “Com novas alíquotas, quem ganha 1 salário mínimo pagará 5% menos e contribuirá 25% a mais”. Quanta hipocrisia! A frente burocrática das centrais é responsável pelo desmonte do movimento de resistência, que ganhou as ruas em maio e junho, e pela profunda derrota dos explorados. Eis aí a pura verdade.

Desde o projeto inicial de reforma, apresentado pelo governo de ditadura civil de Michel Temer, em 2017, a CUT e demais centrais sabiam perfeitamente da profundidade do ataque preparado pelo governo. Com a definição do projeto de Bolsonaro/Guedes, ficou ainda mais claro como seria a vida dos trabalhadores assalariados no futuro. O problema é que as centrais sindicais e seus sindicatos puseram fim às manifestações, e realizaram uma greve geral parcial em junho. Apostaram na farsa dos abaixo-assinados e na via parlamentar, no Congresso Nacional. Não por acaso, no 1º de Maio, o bandido do deputado Paulino da Força usou a tribuna para defender emendas para “desidratar” o projeto de Bolsonaro/Guedes. O Congresso Nacional, por sua vez, inventou uma campanha de que não se tratava mais da reforma do governo e sim do parlamento. O resultado não poderia ser outro: o governo

conseguiu impor a reforma.

Pior ainda. No dia em que o Senado aprovou a reforma, o parlamentar petista, Paulo Paim, teve o disparate de dizer que “Infelizmente, parte da sociedade brasileira não entendeu o que foi a luta contra a reforma da Previdência e não se juntou às mobilizações que a classe trabalhadora e os movimentos sociais realizaram. Hoje estamos vendo o resultado, com a aprovação dessa reforma, que tira a esperança de milhões de trabalhadores de se aposentarem um dia, e que jogará o Brasil em uma pobreza maior ainda”. A única coisa que um trabalhador tem a dizer a esse vendido petista é: traidor!

A frente burocrática e os partidos de oposição parlamentar, PT e aliados, em palavras foram contra, nos fatos, sempre foram a favor da reforma da Previdência. Basta lembrar as reformas no sistema previdenciário protagonizadas pelos governos petistas, Lula e Dilma. O problema está em que essa política controla a maioria dos sindicatos, bloqueando o instinto de revolta dos explorados.

É tarefa da vanguarda consciente, trabalhar por enterrar essa política tão nociva à vida da maioria oprimida. A campanha responsabilizando a frente burocrática e a oposição parlamentar pela derrota dos trabalhadores é fundamental. O Boletim Nossa Classe vem atuando nas portas das fábricas com o objetivo de denunciar as burocracias traidoras e defendendo a necessidade imperiosa de pôr em pé sindicatos classistas, o que implica direções revolucionárias.

Balanço do XIII Congresso da CUT

O que foi e as principais conclusões

Entre os dias 7 e 10 de outubro, ocorreu o XIII Congresso Nacional da CUT (Concut). Esteve inteiramente sob o controle do PT. Daí o nome: “Lula Livre” – Sindicatos Fortes, Direitos, Soberania e Democracia”. Contou com cerca de 2 mil participantes, 1.705 delegados. Sendo 233 operários (metalúrgicos – 86, químicos – 58; transporte – 41; construção – 18; alimentação – 20; vestuário – 10). O setor rural contou com 262. O MST não compareceu, enquanto movimento organizado. Havia a presença da agricultura familiar e camponeses ligados à Contag. A maior delegação era a da educação, com 506. O restante era de setores de serviços, no total de 569. A soma da educação e serviços constituía a maioria do Congresso. O que mostra o distanciamento, cada vez maior, da central, das bases operárias e camponesas, e o fortalecimento na pequena burguesia urbana. Essa situação, que não é de hoje, é resultado da política eleitoralista do PT. As conclusões do Concut demonstraram como a conciliação de classes e a defesa da democracia burguesa estão impregnadas nos sindicatos e na central. O Concut reuniu, assim, as burocracias sindicais e seus apoiadores, com forte presença da região Nordeste e Sudeste.

[OPOR] Mostrou a traição da frente burocrática, constituída pelas centrais e o avanço das contrarreformas, das privatizações e desnacionalização, defendendo a bandeira da frente única anti-imperialista, sob a direção da classe operária.

A maior delegação, que procurava se diferenciar em um ou outro aspecto da política da direção petista, era a de O Trabalho. O PCO, apesar de serem os mais inflamados na defesa do “Lula Livre”, contou com pouquíssimos delegados. O POR, que não dirige nenhum sindicato cutista, e que enfrentou as direções para eleger delegados, teve uma representação pequena.

No Concut, estavam presentes uma enorme delegação de dirigentes sindicais de vários países, África, Europa, Ásia e América Latina. Todos vieram anunciar a campanha em torno à libertação de Lula e os efeitos da crise econômica sobre os trabalhadores. Os da América Latina enfatizaram as possibilidades eleitorais de retorno do peronismo, a vitória de Evo Morales, na Bolívia, e da Frente Ampla, no Uruguai. Assinalando que esse pode ser o caminho para o Brasil, com Lula.

Havia o discurso de que a opção tem de ser por um sindicalismo político, que faça parte da luta democrática. O que significa dizer que se trata de defender a democracia burguesa e arregimentar ainda mais os explorados nas eleições.

O Caderno de Teses, divulgado no momento do Congresso, contou com as contribuições das correntes petistas que compõem a direção da CUT. O POR elaborou a tese, que foi apresentada na eleição de delegados em São Paulo e Rio Grande do Norte, no entanto, a burocracia a vetou. O POR denunciou publicamente a conduta antidemocrática, e recorreu da decisão, obrigando a direção a acatar o direito de expor os pontos sobre estratégia e plano de lutas. Os demais aspectos, que envolviam conjuntura e balanço da CUT, a militância disputou a intervenção, após as mesas de debate. Nesse momento, pôde caracterizar as duas grandes derrotas da classe operária e demais oprimidos, responsabilizar a central pelo desmonte das mobilizações, e pela canalização para a política de conciliação de classes, no terreno do Congresso Nacional. Mostrou a traição da frente burocrática, constituída pelas centrais e o avanço das contrarreformas, das privatizações e desnacionalização, defendendo a bandeira da frente única anti-imperialista, sob a direção da classe operária. Procurou concluir sempre destacando a estratégia reformista e a estratégia proletária, por meio da defesa do governo operário e camponês, resultado da revolução social. No entanto, o fato da tese não constar do Caderno prejudicou a atuação do POR.

Uma plenária e um seminário antecederam o Congresso

No dia 6, ocorreu a plenária de mulheres. Discutiram-se os informes da luta das mulheres, negros e juventude. O ponto que ganhou maior destaque foi a discussão da perda da cadeira da mulher, dentro da CUT, com a reestruturação sindical. E a necessidade de continuar a luta para restabelecer e ampliar os espaços da mulher no interior dos sindicatos e da central. Uma disputa aparelhista, que nada tem a ver com a intervenção da mulher como parte da classe operária e demais oprimidos, em defesa do emprego, salário, direitos e das reivindicações gerais da mulher e da maternidade.

O seminário internacional tratou da apresentação da delegação estrangeira. Os discursos giraram em torno da importância da campanha do “Lula Livre” e da defesa da democracia contra o fascismo. Enfatizaram, também, os avanços da tecnologia e as mudanças nas relações de trabalho. O que exigem que os sindicatos se organizem para reunir essa nova “classe trabalhadora”, mais precarizada e totalmente descoberta de direitos. Nota-se que essa orientação, vinda de fora, do sindicalismo de conciliação de classes, tomou conta da CUT, e ganhou projeção na aprovação das resoluções.

Abertura do Congresso

Estiveram presentes, toda a cúpula do PT, Dilma Rousseff, Gleisi Hoffmann, Fernando Haddad e parlamentares. As centrais que compuseram a frente sindical, desde a Força Sin-



dical até a CSP-Conlutas. Cabe destacar que o representante da Conlutas foi recebido sob vaias do plenário, que entoou o “Lula Livre”. Coube à Força Sindical fazer o teatro de pedir que os presentes se levantassem e dessem as mãos e gritassem “Lula Livre”. Os representantes das centrais usaram a palavra, com exceção do da Conlutas.

Em seguida, ocorreram os discursos dos dirigentes do PT, Dilma, Gleici e outros. Todos afinados na defesa da democracia, contra as mentiras de Sérgio Moro, falaram da importância da campanha pela libertação de Lula, e do quanto o país e o povo pobre perderam com o golpe que derrubou o governo do PT. Haddad trouxe a carta de Lula, que foi lida e encerrada pelos gritos do “Lula Livre”.

Mesas de debates

O Concut foi formatado para conter o maior número de mesas de debates, com convidados defensores da política do PT. Os sindicalistas se esmeraram em expor os êxitos dos governos petistas e as perdas ocorridas, após o golpe de Estado. Concluíam sempre com o chamado à recomposição da democracia e da soberania. Entre os convidados, estava o ministro das Relações Exteriores do governo Lula, e ministro da Defesa no governo Dilma, Celso Amorim. O diplomata elogiou os governos petistas, e ressaltou que se sente orgulhoso de ter feito parte dessa história. Destacou a política de Lula em favor dos mais pobres, citando a educação. Criticou a entrega das estatais pelo governo Bolsonaro. Concluiu que a libertação de Lula será com o povo nas ruas.

Como se vê, tudo se resumia ao retorno do PT ao poder do Estado, e como potencializar os sindicatos na arregimentação dos explorados.

Plenárias

No caderno de teses, havia as propostas de resoluções de consenso entre os agrupamentos que compõem a direção da CUT. O documento “Ampliação da representação e fortalecimento da organização, com atualização do projeto organizativo da CUT”, tratava da “modernização” da organização sindical, que implica a ampliação das bases de representação e criação de “formas solidárias e coletivas”. As justificativas estavam nas mudanças estruturais do trabalho e na desregulamentação das leis trabalhistas, o que necessariamente exigiria um novo modelo organizativo de sindicato. O sindicalismo cutista, criado sobre a base da CLT, estava construído para abarcar o trabalhador formal. Hoje, novas formas de contratos foram impostas, e uma nova “classe trabalhadora” despontou, tendo um enorme contingente de assalariados temporários, terceirizados, intermitentes e os que estão na informalidade. Nesse sentido, segundo a tese, era preciso uma estrutura sindical para disputar, no interior das empresas e dos setores de serviços, essa massa desprotegida. No Brasil, é de 17% o percentual de sindicalizados, e a tendência é de queda, em função dos efeitos da reforma trabalhista. A saída proposta é de alterar a estrutura da central e dos sindicatos para agregar a tal “classe trabalhadora”.

Outro aspecto dizia respeito à política de Bolsonaro, de

golpear os sindicatos por meio da reforma sindical. Nesse ponto, os discursos foram de rejeição à proposta do deputado Paulinho da Força, de apresentar uma PEC. Alguns burocratas mais inflamados assinalavam que a CUT não deveria aceitar o convite do presidente da Câmara de Deputados para tratar da reforma sindical. No entanto, a direção insistiu na necessidade da CUT construir sua “autorreforma sindical”, impedindo assim que o governo venha destruir o movimento sindical. Havia o rechaço geral à proposta de reforma do governo, de pôr fim a unicidade sindical e criação de sindicatos por local de trabalho.

Um dos pontos fundamentais foi o do financiamento sin-

Propunham que o fim do imposto deveria ser acompanhado de uma legislação que regulamentasse a contribuição negocial. Como isso não ocorreu, a situação financeira dos sindicatos e da central só vem piorando, as dívidas cresceram e os atrasos dos sindicatos para a central têm sido constantes.

dical. Acusavam o governo Bolsonaro de estrangular as organizações dos trabalhadores, abolindo o imposto sindical e impedindo novas formas de desconto coletivo dos filiados. Criticaram os sindicatos que usavam o imposto sindical para criar sindicatos “de cartórios” e, ao mesmo tempo, defendiam aqueles que usavam o imposto sindical como recurso para as lutas. Propunham que o fim do imposto deveria ser acompanhado de uma legislação que regulamentasse a contribuição negocial. Como isso não ocorreu, a situação financeira dos sindicatos e da central só vem piorando, as dívidas cresceram e os atrasos dos sindicatos para a central têm sido constantes. Não deixaram de dizer que é preciso ampliar o trabalho de base de convencimento da importância da sindicalização. Entre as propostas aprovadas, constam: a) construção de sindicatos cada vez mais horizontais, visando a abranger o maior número de trabalhadores; b) convocação de assembleias para a aprovação das taxas coletivas (taxa negocial), que deverá ser paga após a negociação do acordo; c) criação de receitas alternativas, como convênios e prestação de serviços.

Havia também as resoluções de consenso sobre a América Latina, Acordo Mercosul-União Europeia, Amazônia, educação, defesa das estatais, violência, mulheres, etc. Com pequenos reparos, foram aclamadas.

O Plano de Lutas era uma lista, dividida em direitos, democracia e soberania. Nos direitos, constavam a revogação da reforma trabalhista e a convocação de um referendo revogatório da reforma da Previdência e de outros ataques aos direitos dos trabalhadores. Quanto à democracia, tratava da defesa da democracia burguesa, pela libertação de Lula e contra a criminalização dos movimentos sociais. Em relação à soberania, defesa da campanha contra as privatizações, retomada da concessão de partilha, e aplicação dos royalties do petróleo do pré-sal para a educação e saúde. Aprovou-se, também, a reforma tributária, objetivando a “justiça fiscal”, e a implementação de políticas de geração de empregos e retomada da “valorização do salário mínimo”.

Em relação à composição da CUT, houve a ampliação de

44 para 50 membros. Nesse ponto, houve a contraproposta de manter o mesmo número. Sobre as cláusulas de barreira para a composição da direção, hoje 20%, no caso de duas chapas, e 10%, acima de três. Havia proposta de reduzir esse percentual, mas foi rejeitada.

Eleição da direção

O Concut encerrou com a eleição da direção. Como dissemos, as divergências eram secundárias, o que facilitou a constituição de uma chapa única. Foi formada pelos agrupamentos que já compõem a central. O acréscimo para 50 membros serviu para distribuição entre os chamados “construtores da CUT” nos estados. A presidência da central, continua com o Sindicato Metalúrgico do ABC, agora na figura de Sérgio Nobre. O PCO, que foi o partido mais fervoroso na defesa e na campanha do “Lula Livre”, não teve assento na direção nacional. O voto na chapa se deu por aclamação, seguida do grito “Lula Livre”.

Intervenção do POR

O POR interveio em todas as plenárias, sob a base da tese entregue ao Concut. Como dissemos, a direção vetou sua publicação. Como era um Congresso de quase uma semana, só puderam participar os 3 delegados. Na abertura, houve a distribuição do Manifesto, publicado no Jornal Massas 596, e o trabalho de divulgação das publicações do partido, por meio da banca de materiais.

Conclusões

O Congresso não esteve voltado a organizar a luta da classe operária e demais oprimidos contra as reformas antinacionais e antipopulares. Nenhuma proposta de mobilização nacional foi aprovada. A defesa da greve geral para combater a implantação das contrarreformas somente foi defendida pelo POR. No término do Congresso, havia apenas o chamado para que as lideranças estivessem presentes no momento da aprovação, em segundo turno, da reforma da Previdência, e no dia 30 de outubro, assim conclamado por Sérgio Nobre: “vamos estrear batendo na porta de Paulo Guedes”, para impedir os “projetos autoritários de Bolsonaro”.

Balanço / XIII Congresso da CUT

O contingente da classe operária mais consciente tem de rechaçar mais um Congresso que visou unicamente à retomada da política de conciliação de classes. Os discursos inflamados contra as medidas do governo serviram de máscara para acobertar que as derrotas com a aprovação das reformas trabalhista e Previdência se deveram às traições da frente burocrática.

O XIII Congresso da CUT evidenciou a enorme burocratização dos sindicatos. A desconfiança do operariado, que cresce dia a dia, em relação às direções traidoras, facilita à burguesia e seu governo combaterem as suas tendências objetivas de luta. A política de colaboração de classes desfigura a natureza classista dos sindicatos.

A experiência da resistência diante das reformas trabalhista, Previdência e da lei da terceirização mostra o quanto a casta burocrática se organizou como um muro de contenção do descontentamento e da revolta do proletariado. Isso se expressou claramente no Concut controlado pelo PT. Seus dirigentes estavam preocupados com a extinção do imposto sindical e a sua substituição pela taxa negocial. Os burocratas necessitam do dinheiro, compulsoriamente arrancado do trabalhador, como o pulmão necessita do ar. Sabem que a desconfiança das bases nos sindicatos é o principal fator para que não se filiem e não elevem a consciência classista sobre o autofinanciamento de suas organizações. Não por acaso, o Concut se realizou de costas às reais necessidades dos assalariados e dos camponeses pobres.

A tese da direção se esmerou em inventar que a classe operária já não é a mesma que aquela que se mobilizou contra a ditadura, e que permitiu a criação da CUT. Ocorre que a burocracia

evitou que os sindicatos comparecessem como canal de expressão política e organizativa diante das demissões em massa, em virtude da quebra econômica do País e das contrarreformas de Temer e Bolsonaro.

Essa é a principal razão da nova geração de operários não participar do Concut. É mais um acontecimento que reforça a necessidade de construir direções classistas, e varrer de suas organizações a política de conciliação de classes.

*A experiência da resistência
diante das reformas
trabalhista, Previdência e da
lei da terceirização mostra o
quanto a casta burocrática se
organizou como um muro de
contenção do descontentamento
e da revolta do proletariado.
Isso se expressou claramente
no Concut controlado pelo
PT. Seus dirigentes estavam
preocupados com a extinção
do imposto sindical e a sua
substituição pela taxa negocial.
Os burocratas necessitam do
dinheiro, compulsoriamente
arrancado do trabalhador, como
o pulmão necessita do ar.*

O livro cobre as principais manifestações da crise política, das ações governamentais, das respostas dos explorados, das manobras políticas da burocracia sindical e da atuação do Congresso Nacional entre junho de 2016 e abril de 2018. Assim como as formulações e linha política desenvolvida pelo POR, em cuja base se encontra o programa da revolução proletária.



RS 35

ADQUIRA
COM NOSSO
DISTRIBUIDOR

Balanço do PSTU sobre o 4º Congresso da CSP-Conlutas

Algumas considerações

Estamos de acordo em que o Congresso foi regido pela democracia sindical, no seguinte aspecto: as teses de todas as correntes foram publicadas com antecedência, e todos seus representantes puderam fazer a defesa com igual tempo. Há que se fazer alguns reparos: o tempo de 6 minutos para a defesa de cada tese é simplesmente ridículo. Para que esse processo seja consistente com a democracia operária, é preciso que fiquem absolutamente claras as diferenças essenciais entre as teses. Uma vez que as teses foram apresentadas, devem ser discutidas em plenário, e decididas pelo voto. Amadurecida a discussão sobre as divergências que permitiram a votação em plenário, a discussão nos grupos possibilita a elaboração de emendas e resoluções específicas. Concluído esse procedimento, o plenário votará com clareza as emendas e resoluções. A forma do Congresso, baseado em mesas de debates, dilui a discussão das teses em grupos e plenárias. Essa forma diversionista deveria ser abolida. A discussão em grupo e a realização de plenárias permitem definir os pontos de divergência e convergência, desde que se tenham votado com consciência as teses. De conjunto, essa consideração demonstra que o Congresso da Conlutas se baseou em uma caricatura de democracia sindical. As deformações no processo de discussão e decisão coletivos expressam o grau de burocratização da central.

A avaliação de que o 4º Congresso demonstrou que a “CSP-Conlutas se fortalece e se reafirma como polo de organização e luta” é subjetiva. A caracterização geral de que expressou “os setores mais oprimidos pelo capitalismo, com a presença de delegações negras e indígenas” não é suficiente, e não serve para avaliar o avanço da central. Nem tampouco a citação de delegados operários de alguns setores (mineração, petróleo, metalúrgico, construção civil). Era preciso que o PSTU apresentasse, no seu balanço, se a central cresceu, diminuiu, ou estagnou em número de sindicatos operários e em ramos estratégicos da produção. Observamos que a maioria dos delegados não estava vinculada aos sindicatos operários. Prevaleceu a delegação de movimentos populares (quilombolas, negros, índios, ocupações). A Conlutas, ao romper com a CUT, pressupôs se levantar como organização da classe operária, que como tal congregaria setores oprimidos, mas não proletários. Nesses anos de construção – o congresso de ruptura se deu em 2006 –, a Conlutas não conseguiu que sindicatos operários deixassem a CUT e demais centrais. Está aí por que o seu 4º Congresso teve, como composição majoritária, delegações dos citados movimentos. De maneira que não tem cumprido o objetivo original de se levantar como uma organização operária. Partindo da composição social do 4º Congresso, concluímos que a Conlutas não avançou e, provavelmente, regrediu.

O PSTU destacou, como ponto mais importante do Congresso, a aprovação de “um chamado à unidade para lutar e derrotar Bolsonaro/Morão”. Se o Congresso foi convocado para aprovar essa linha, não tem o menor sentido. Em maio, houve uma grande mobilização unitária contra os cortes de recursos à educação e, em junho, as centrais realizaram a greve geral. Esse movimento foi, em seguida, desarmado pela frente burocrática, configurando uma clara traição. Como se vê, o Congresso deveria avaliar as causas da derrota da juventude e dos explorados, diante da ofensiva de Bolsonaro/Guedes. Em sentido contrário, a Conlutas e o PSTU colocaram na mesa de abertura do Congresso os maiores traidores, como a Força Sindical. Eis o que diz Luiz Carlos Prates, o Mancha, um dos principais dirigentes da Conlutas: “Temos de defender a unidade na luta pelos direitos e as liberdades democráticas, mas não vamos vacilar quando traem nossa luta e se transformam num obstáculo”. E acrescenta o

A forma genérica como o Mancha se refere à traição é típica de quem não quer se indispor com as mais diversas variantes da burocracia sindical. É uma qualidade dos centristas a de se agarrar às generalidades, e ocultar o concreto. Essa posição foi responsável pelo fato do Congresso não reconhecer as traições da frente burocrática, que levaram à derrota da classe operária e demais explorados.

PSTU: “A CSP-Conlutas fará todo esforço possível para concretizar a unidade. Porém, não ficará paralisada diante do imobilismo e do desmonte das lutas”. Aí está uma confissão, que deveria servir de crítica e autocritica no Congresso. O que não poderia ocorrer, uma vez que a Conlutas teve uma conduta política seguidista na frente burocrática. A forma genérica como o Mancha se refere à traição é típica de quem não quer se indispor com as mais diversas variantes da burocracia sindical. É uma qualidade dos centristas a de se agarrar às generalidades, e ocultar o concreto. Essa posição foi responsável pelo fato do Congresso não reconhecer as traições da frente burocrática, que levaram à derrota da classe operária e demais explorados.

No ponto conjuntura nacional, o PSTU se refere à discussão “em torno da correlação de forças e da possibilidade de derrotar o governo”. Recorre a um pronunciamento de Vanessa Portugal, do Bloco Classista Operário e Popular, que “disse que o governo de extrema direita de Bolsonaro nos quer derrotar, mas está assentado

Adquira com o distribuidor: **R\$35**

AS ESQUERDAS NO BRASIL

O Trotskismo diante da Tarefa de Construir o Partido Revolucionário

O livro desenvolve o percurso de mais de 20 anos em torno da batalha contra as várias correntes revisionistas de esquerda, como parte da luta pela elaboração do programa e da construção do partido revolucionário.

AS ESQUERDAS NO BRASIL

O Trotskismo diante da Tarefa de Construir o Partido Revolucionário

RECUPERAR O PARTIDO MUNDIAL DA REVOLUÇÃO SOCIALISTA, A LUTA REVOLUCIONÁRIA

Movimentos

numa montanha de contradições. Por isso, podemos derrotá-lo já”. Mais uma vez, se vale do subjetivismo. Bolsonaro, Congresso Nacional e grande capital acabam de impor a reforma da Previdência e a lei da liberdade econômica, graças à traição da frente burocrática. Se houvesse uma avaliação e discussão sérias sobre a tal de “*correlação de forças*”, o 4º Congresso reconheceria que a jornada de maio e a greve geral de junho expressaram uma tendência de luta das massas, que poderia aumentar a sua capacidade de combate, diante do governo ditatorial de Bolsonaro, caso não houvesse a traição. A derrota, sem dúvida, calará fundo nos explorados. O que quer dizer que será preciso reorganizar o movimento sobre novas bases, para voltar à luta de classes e mudar a correlação de forças em favor da classe operária. Não é com palavreado, por mais boas intenções que carregue, que a Conlutas se tornará uma “*alternativa independente contra patrões e governo*”.

Ocorre que o processo e a condenação de Lula foram uma escandalosa arbitrariedade judicial, seguido de claro objetivo político da ultradireita e direita de cassar os direitos políticos de Lula e desmontar o PT. Não era preciso as revelações do Intercept para saber que havia um complô de setores da burguesia, de seus partidos e do aparato judicial para condenar Lula, mesmo sem ter provas objetivas. A posição inicial do PSTU decorre de sua caracterização de que não houve golpe de Estado.

Era esperado que uma parte dos delegados vinculados ao PSOL questionasse o PSTU, por ter levado a CSP-Conlutas a negar o golpe de Estado que derrubou Dilma Rousseff e a defender a prisão de Lula. Esteve presente, mesmo que timidamente, no plenário do Congresso, a bandeira de “*Lula Livre*”. Diz o PSTU que “*colocar a CSP-Conlutas a serviço dessa campanha (...) seria um erro, uma vez que defendia de forma cega a inocência de Lula e dividia os trabalhadores*”. A resposta à questão foi a aprovação de uma resolução “*que a central defenda que o ex-presidente Lula deve ter direito a um novo julgamento, mas não é tarefa da central defender ‘Lula Livre’ ou ‘Lula preso’*”. Segundo a interpretação de Mancha: “*Todos os denunciados por corrupção devem ser investigados e ter um julgamento regular. Os corruptos devem ir para a prisão e ter seus bens confiscados*”. Na página 4 do

Balanço do PSTU / 4º Congresso da CSP-Conlutas

Jornal Opinião Socialista, o PSTU se viu obrigado a apresentar uma formulação mais bem definida. Eis: “*As revelações de The Intercept exigem a suspeição de Moro e o afastamento de Dalagnol. Lula, portanto, deve ter anulada a sua sentença e deve ter direito a um julgamento regular que respeite o devido processo legal*”. Está claro que o PSTU teve uma posição antes da divulgação das denúncias de complô entre o juiz Moro e procuradores pelo O Intercept, e, agora, tem outra. Era obrigação do PSTU explicar a mudança de posição, mas não o faz. É sabido que se colocou pela condenação e prisão de Lula, sob a bandeira de “*prisão a todos os corruptos e corruptores*”. Diante das revelações do complô, o PSTU pede um novo julgamento, segundo o “*devido o processo legal*”. Ocorre que o processo e a condenação de Lula foram uma escandalosa arbitrariedade judicial, seguido de claro objetivo político da ultradireita e direita de cassar os direitos políticos de Lula e desmontar o PT. Não era preciso as revelações do Intercept para saber que havia um complô de setores da burguesia, de seus partidos e do aparato judicial para condenar Lula, mesmo sem ter provas objetivas. A posição inicial do PSTU decorre de sua caracterização de que não houve golpe de Estado. A defesa de um novo julgamento é, no mínimo, cínica. Quem não sabe que o “*devido processo legal*”, em caso como esse, principalmente, quem o comanda são as forças políticas dominantes. O legalismo brandido pelo PSTU oculta sua posição reacionária, de defender a condenação de Lula. É preciso ainda esclarecer que nem toda posição contrária à prisão de Lula se coloca sob a bandeira de “*Lula Livre*” e considerá-lo inocente.

O POR esteve e está contra tornar o 4º Congresso da Conlutas em instrumento do “*Lula Livre*”. Essa bandeira está completamente carregada da política do PT e aliados. Não há como confundi-la com a posição marxista de defesa de Lula e do PT contra as arbitrariedades da justiça burguesa. O Congresso poderia aprovar uma resolução de libertação de Lula e convocação de um tribunal popular. Não temos dúvida, nem deixamos de denunciar, a degeneração do PT e Lula na política burguesa. A corrupção material é uma de suas facetas. Não se pode ter uma posição justa, sem caracterizar a corrupção como inerente ao capitalismo e às relações políticas que sustentam a ditadura de classe da burguesia. Nesse campo, somente se expressa a política burguesa. É dever dos revolucionários explicar para os explorados que não há como combater a corrupção por meio de qualquer instituição do Estado burguês. É para isso que se devem denunciar os crimes da burguesia, expondo o seu conteúdo de classe. Lula se degenerou ao assumir a política e a ideologia de classe dos opressores. A obrigação de defendê-lo

Publicado o livro:

REPOSTA MARXISTA ÀS OPRESSÕES

As distintas opressões têm em comum a raiz de classe da opressão social. As suas particularidades exigem respostas que levem ao programa da revolução proletária. Este livro sustenta essa premissa marxista, que se choca frontalmente com o conservadorismo e o reformismo burgueses.



R\$ 35

**ADQUIRA
COM NOSSO
DISTRIBUIDOR**

se resume na rejeição a toda forma de arbitrariedade. Não há como o PSTU esconder sua posição inicial reacionária e, agora, oportunista.

O 4º Congresso não esteve à altura de discutir as condições de burocratização dos sindicatos e a crise de direção. Isso quando a burguesia conseguiu impor a reforma trabalhista, da Previdência, a lei da terceirização, a lei da “liberdade econômica” e extinguir o ministério do Trabalho. Não foi capaz de compreender a gravidade da reforma sindical, em andamento. Não se trata apenas de incapacidade da direção, que segue a linha do PSTU. A insistência em defender a taxa negocial como substituta do imposto sindical, que a Conlutas havia no passado rechaçado em palavras, explicitou a sua real posição. É preciso que se tenha em mente que a taxa negocial é um dos pontos do projeto de reforma sindical do deputado Paulinho da Força e outros capangas da burguesia. Ao levar a maioria dos delegados a aprovarem a taxa negocial, a direção da Conlutas estabeleceu um elo de ligação com a reforma sindical. Não temos dúvida de que o PSTU tinha conhecimento das manobras que as centrais sindicais realizam em torno à reforma sindical. Somente quem combateu a traição da greve geral de 28 de abril de 2017 denunciou a negociata da Força Sindical, UGT e aliadas, para que Temer excluísse o imposto sindical do projeto da reforma trabalhista. Na ocasião, aventou-se que Temer emitiria uma Medida Provisória à parte. Esse jogo bastardo contra os interesses da classe operária, e em favor dos interesses mesquinhos da casta burocrática não foi adiante. É bem provável que Paulinho tenha negociado ressus-

O divisionismo organizativo e a pulverização são uma praga que empestieira os organismos sindicais. É nesse terreno que a Conlutas se constituiu e, em vão, procura se fortalecer.

citar na reforma sindical o imposto, colocando em seu lugar a taxa negocial, que vários sindicatos passaram a praticar.

A burocracia, para sobreviver como casta parasitária, depende de muito dinheiro. Com os recursos, deforma o caráter de classe dos sindicatos, tornando-os agências assistenciais. Em grande parte, o divisionismo e o estilçamento do movimento sindical em mais de uma dezena de centrais se deveram ao milionário imposto sindical, cuja legalização do repasse para as centrais foi feita no governo de conciliação de classes de Lula. A própria Conlutas é um de seus resultados. O divisionismo organizativo e a pulverização são uma praga

que empestieira os organismos sindicais. É nesse terreno que a Conlutas se constituiu e, em vão, procura se fortalecer. Sua política centrista para o movimento operário e sindical não tem como prosperar, devido às condições objetivas de desintegração do capitalismo, e agravamento da luta de classes. Não tem como ficar entre a burocracia traidora e a luta

revolucionária pela independência política das organizações da classe operária.

Os sintomas de burocratização da Conlutas se revelaram diante de sua adaptação à frente burocrática, acobertando-se com a bandeira da unidade. Embora essa discussão não tenha sido o centro do Congresso, nem tenha podido ser desenvolvida, marcou profundamente o 4º Congresso da CSP-Conlutas. A renúncia do PSTU em defender uma única central, operária, classista e democrática, e sua persistência em levar adiante o divisionismo o mantém preso à casta burocrática e contrarrevolucionária.

Rondônia

GOVERNADOR APRESENTA FALSA TABELA DE REAJUSTE DO PISO

No dia 07/10, o governo publicou, por meio de decreto, uma tabela salarial de correção das perdas relacionadas aos percentuais do Piso Nacional, referente aos professores estaduais. Isso gerou muitas expectativas na categoria, em relação aos percentuais. No dia seguinte, o governo voltou atrás, retificando e divulgando a nova tabela, que rebaixa os salários.

Segundo a direção do Sintero, as negociações com a SEDUC resultaram no compromisso do governo de implantar, nesse mês de outubro, o Piso Salarial Nacional atualizado, corrigindo as referências, e com efeito retroativo desde início do ano. Nessas referências, também continuaram com as reivindicações do Sintero de aumento salarial para os técnicos educacionais, no mesmo percentual dos professores, manutenção de diferença salarial entre os professores de Classe C na carreira docente, em relação aos de Classe A e B, e o pagamento das progressões, com retroativo.

A conduta do governador causou indignação na categoria. Os mais conscientes defenderam que o sindicato deveria chamar a paralisação das atividades em todo o Estado.

Mas, como sempre, a burocracia do Sintero se colocou por “esgotar todas as formas de negociações”. O que significa negociações infundáveis, muita enrolação e quebra do ânimo dos trabalhadores para a luta.

Enquanto isso, o governador tenta justificar que a primeira tabela ultrapassava o limite da Lei de Responsabilidade Fiscal, por isso teve de ser corrigida. A direção do sindicato, por sua vez, fabricou uma outra tabela, e correu para a Justiça. Confiar nas negociatas com o governo e na Justiça, é próprio de direções conciliadoras, como faz o Sintero.

A Corrente Proletária rejeitou a falcatura do governador. Denunciou a conduta colaboracionista da direção do sindicato. Defendeu que só com a organização da luta direta, paralisando as escolas, é possível impor a real correção do reajuste do Piso Nacional. Ressaltou, também, que o valor do Piso Nacional é muito abaixo das reais necessidades da família trabalhadora. E defendeu que o Piso deve ser o salário mínimo vital, calculado pelos trabalhadores em assembleia.

USP

Os debates sobre os 100 anos da III Internacional na USP

A III Internacional foi fundada em 1919, na Rússia revolucionária. Tem suas raízes na luta programática, travada principalmente por Lênin, contra a degeneração da II Internacional, carcomida pelo reformismo e pela negação do Internacionalismo Proletário. Mas é com a Revolução de Outubro de 1917 que vai ganhar a força mundial, que lhe permitiu levantar-se como partido mundial da revolução socialista. Porque Lenin e Trotsky sabiam que o socialismo só poderia triunfar em nível internacional, sabiam que a Revolução Russa não resistiria isolada da luta revolucionária do proletariado dos demais países.

A supremacia da unidade eleitoral, como tática, leva à negação da estratégia da ditadura do proletariado, substituída, em geral, pela do governo dos trabalhadores, que para Altamira e dezenas de organizações pseudo revolucionárias pode ser alcançado pela via eleitoral.

A III Internacional se constituiu como um partido programa. Em seus Primeiros Quatro Congressos, elaborou uma série de resoluções que respondem aos principais problemas da luta de classes mundial, consolidando toda a experiência vitoriosa da Revolução Russa, sem, no entanto, formular a tolice de que se tratava de reproduzir mecanicamente as suas bandeiras em todos os países.

O conjunto de resoluções aprovadas responde a questões como a opressão nacional; a necessidade de organização do proletariado e suas distintas táticas frentistas (Frente Única Operária nos países imperialistas; Frente Única Anti-imperialista, nos países coloniais e semicoloniais); a luta contra a opressão dos negros e das mulheres como manifestações da opressão de classe; a ação revolucionária diante da disputa eleitoral burguesa e a presença no parlamento burguês para combatê-lo de seu interior; etc. Esse conjunto de resoluções constitui um verdadeiro programa de um partido mundial da revolução socialista. Programa que toma como ponto de partida a estratégia da revolução e ditadura proletárias.

O debate da USP

O ciclo de palestras e debates sobre os 100 anos da Internacional Comunista na USP foi organizado pelo prof. Osvaldo Coggiola. É frequente no Departamento de História da USP que se

organize esses ciclos de debates, como ocorreu com os 100 anos da Revolução Russa, em 2017, por exemplo. Também é frequente que Coggiola convoque a quase totalidade das correntes de esquerda, defensoras ou não dos eventos que são discutidos, para debater vários dias. Coggiola foi militante do Partido Obrero, na Argentina, e do PCO, no Brasil. É muito ligado a Jorge Altamira, recentemente expulso da organização que criou e dirigiu por décadas. Em todos os ciclos de debates organizados por Coggiola, Altamira sempre teve cadeira de destaque, e não foi diferente desta vez.

Coggiola só não chama o POR para participar desses ciclos.

Expressa assim um verdadeiro ranço contra a organização, pois, chama os mais ardorosos adversários do trotskismo e mesmo do marxismo para seus ciclos. Ainda assim, o POR busca atuar nesses debates, seja com manifestos e banca, seja com intervenções de seus militantes. Sabemos bem que se tratam de discussões acadêmicas, não são voltadas

à prática revolucionária, que como tal, assim afirmava Lênin, está indissoluvelmente ligada à teoria revolucionária, ao programa e à construção do partido revolucionário.

Logo no início do ciclo, o POR desafiou a proibição de bancas de materiais da segurança do prédio e montou a sua, expondo seus livros, a revista Proletária da Educação e o jornal Massas. Diante disso, as demais correntes foram correndo organizar suas bancas, também. A propaganda revolucionária deve ser feita em toda ocasião possível, e o POR se empenhou para que ocorresse.

Altamira e o movimento revolucionário alemão do início do século XX

No segundo dia de debates, Altamira foi a figura central da exposição do tema acima. Agora que foi expulso do PO argentino, posou de radical esquerdista. Usou termos que antes ocultava, como a defesa da estratégia da ditadura do proletariado e a crítica ácida às correntes pseudo trotskistas, em especial ao PTS argentino, com o qual formou a frente eleitoral FIT.

Destacamos duas afirmações que o afastam das resoluções dos Primeiros Quatro Congressos.

A primeira, a de que a tática da Frente Única foi elaborada por conta “circunstancial” das derrotas das revoluções na Europa.



Sem fazer a correta distinção entre Frente Única Operária e Frente Única Anti-imperialista, caracterizou a bandeira de uma tática “circunstancial”, e como tal não se aplica a novas situações políticas. Desconhece que há distintas táticas, entre elas, as que derivam diretamente da estratégia política e da caracterização do país, sendo, por isso, programáticas. É o caso da Frente Única Operária e Frente Única Anti-imperialista. A primeira, voltada a constituir uma frente proletária nos países de capitalismo avançado. A segunda, voltada a constituir uma unidade da maioria nacional oprimida, sob a direção e programa da classe operária, contra a burguesia imperialista, nos países semicoloniais. A rejeição de Altamira, bem como das correntes de esquerda a essa tática, reside no fato de que a substituíram por frentes democratizantes, eleitoreiras, adaptadas à democracia burguesa.

A segunda afirmação foi a de que apoiou eleitoralmente Lula nas eleições para poder chamar o PT para constituir uma frente única. Altamira faz uma total inversão das coisas na questão da frente única. A frente única não parte da necessidade de intervenção eleitoral, embora o partido revolucionário a tenha de utilizar circunstancialmente. A frente única parte da necessidade de ação

unitária das massas ao redor de suas reivindicações próprias, para enfrentar a burguesia, seu Estado, seus partidos e instituições, com os métodos próprios da luta de classes, e sob a estratégia própria de poder. Essa unidade prática pode ou não levar a atuar em processos eleitorais. A supremacia da unidade eleitoral, como tática, leva à negação da estratégia da ditadura do proletariado, substituída, em geral, pela do governo dos trabalhadores, que para Altamira e dezenas de organizações pseudo revolucionárias pode ser alcançado pela via eleitoral.

Altamira foi expulso de seu partido, que se afundou no eleitoralismo burocrático, armado pelo próprio dirigente. O fato de romper pela esquerda não o leva à política revolucionária, mas o faz radicalizar o discurso, para demarcar campo.

O POR interveio com uma fala (só poderiam ser feitas perguntas), que assinalou o caráter programático das resoluções da III IC de seus Primeiros Quatro Congressos, ressaltou a tática da frente única anti-imperialista e como a negação da estratégia da ditadura do proletariado afeta os movimentos hoje, e a ligação do abandono da caracterização marxista de classe aproxima as correntes no distanciamento do programa revolucionário.

Dados comprovam vigência das teses de Lênin sobre o Imperialismo como fase de decomposição capitalista

Como conclusão do curso de formação política sobre o livro “O Imperialismo, fase superior do capitalismo”, foi feito um estudo sobre a composição do capital das maiores empresas do mundo, a fração de produção industrial e agrícola de vários países, e os ritmos de desenvolvimento das crises capitalistas.

Entre as dez maiores empresas, de maior faturamento e lucro mundiais, notamos as seguintes características:

- a) Uma forte participação de fundos de investimento (capital financeiro) na composição social delas, e, na maioria, de forma muito fragmentada (pequenas fatias do total). Exceto a Walmart, que tem ainda cerca de metade do capital sob controle familiar. Notamos também que certos grupos econômicos estão entre os principais acionistas, em grande parte dessas mesmas dez maiores empresas. Por exemplo, o The Vanguard Group, norte-americano, que gerencia US\$ 5,3 trilhões, espalhados entre as maiores empresas mundiais. E que há uma forte internacionalização desses capitais, com fundos árabes (Qatar), disputando o controle de algumas delas (Volkswagen, por exemplo). Isso comprova a tese da fusão do capital bancário com o industrial, formando o capital financeiro monopolista.
- b) Há um movimento das forças produtivas mundiais, no que se refere à indústria, em que países ou regiões desenvolvidas, imperialistas, vêm retrocedendo sua participação, enquanto a China assume o posto de maior possuidor de produção industrial mundial. Vemos que os Estados Unidos (passou de 20% para 15%), a Europa (passou de 25% para 20%) e o Japão (passou de 10% para 5%) perderam, de 1995 para cá, 5% cada um de sua fatia do mercado industrial mundial, enquanto a China aumentou a sua participação, no mesmo período, em cerca de 15%, passando de 5% para 20% do total. Isso ocorreu num período em que a indústria mundial esteve praticamente estagnada, se considerarmos o desenvolvimento per capita. Está mostrando que, na fase de decomposição do capitalismo, as forças produtivas se desenvolvem numa região à custa do retrocesso profundo em outras. O modo de produção capitalista

está esgotado. Mostra-se também que esses movimentos expressam a tendência geral dos países imperialistas no sentido de sua desindustrialização, conforme previu Lênin. Esse processo, que o governo Trump tenta brejar, por meio da guerra comercial, não tem como dar a volta para trás. Aponta para outra tendência, assinalada por Lênin, a de conflitos bélicos entre as potências.

- c) Os gráficos estudados mostram as tendências de sobrevalorização artificial das ações nas bolsas de valores, e apontam para uma nova quebra financeira num futuro próximo, ainda mais violenta que a de 2008. Vê-se que grandes indústrias estão com ações bem abaixo da valorização média do mercado, insuflado pelo peso de 40% que têm as commodities do petróleo supervalorizado. A crise aberta em 2008 não passou, permanece como uma estagnação geral das forças produtivas, mas agora indica o caminho da depressão. A destruição em larga escala de forças produtivas é o que resta ao capitalismo moribundo para sobreviver, enquanto o proletariado mundial não lhe dá o golpe de misericórdia. Este ponto comprova a tese de Lênin de que o capital financeiro se agiganta de forma artificial, perdendo a relação com o desenvolvimento real da economia, e levando a profundas quebras financeiras.
- d) O estudo também mostrou a tendência de queda geral da capacidade de avanço das forças produtivas. Após a 2ª Guerra Mundial, houve um processo de recomposição dessas forças, profundamente atacadas pela destruição bélica. A década de 1960 registrou um crescimento mundial de 60% (média de 6% ao ano), que caiu, a partir da década de 1970, sucessivamente, de modo a atingir hoje um crescimento médio anual próximo de 2% na década. Essa perda geral da capacidade de crescimento das forças produtivas também reforça a tese de Lênin, segundo a qual a era dos monopólios põe fim às possibilidades de um amplo desenvolvimento das forças produtivas mundiais, apontando para a bifurcação histórica: socialismo ou barbárie.

Nesta edição:

- **Chile:** O inferno do “milagre chileno”.
- **Equador:** As massas indígenas obrigam o governo de Lenín Moreno a recuar.
- **Bolivia:** Consumada a fraude!
- **Argentina:** Derrotaremos Macri e o imperialismo nas ruas, com a política da classe operária.
- Rebelião no Líbano contra os ajustes.
- A autodeterminação da Catalunha e a revolução proletária.
- 102 anos da Revolução Russa de outubro de 1917.
- **Lênin:** *Apontamentos sobre a História do Partido Bolchevique.*

Artigos das Seções
Comitê de Enlace
pela Reconstrução
da IV Internacional



Apresentação notas internacionais



A situação política mundial se caracteriza pela manifestação das violentas contradições sociais e políticas, que vêm acumulando-se desde a eclosão da crise capitalista, em 2008. Caem os disfarces das vias pacíficas – institucionais democrático-burguesas – para descarregar o peso da crise sobre as massas e as nações oprimidas. O essencial da atual situação reside em que a atual etapa da luta de classes mobiliza milhões de explorados, e os coloca em choque com os governos burgueses, independente da sua forma e origem políticas. Todos agem, apesar das diferenças de grau de virulência e capacidade de manobra diante dos explorados, como instrumentos da ofensiva dos monopólios, que necessitam manter seus lucros, passando por cima dos salários, das condições de trabalho, emprego, e avançando nas desnacionalizações, saque e parasitismo sobre as economias nacionais.

É o que se passa no Equador, Chile, Catalunha, Iraque, Palestina, Argentina, Brasil e Bolívia. Mas, também nas potências, a exemplo dos Estados Unidos e da França, onde explodem

massivas greves do funcionalismo e da classe operária.

O essencial reside em que a virada direitista da burguesia mundial tem por base material a decomposição do capitalismo e suas instituições políticas. De forma que as reivindicações vitais e democráticas das massas, bem como a defesa de seus direitos e conquistas, esbarram rapidamente nas contradições que estão na base da grande propriedade privada monopolista e da opressão nacional. O que, objetivamente, facilita às massas assimilarem o programa da expropriação da grande propriedade privada, e sua transformação em propriedade social. E, nos países semi-coloniais da América Latina, a bandeira do governo operário e camponês e a tática da Frente Única Anti-imperialista.

O Comitê de Enlace pela Reconstrução da Quarta Internacional (CERQUI) está chamado a cumprir um papel relevante nesse percurso. O que exige de suas seções argentina, brasileira e chilena superar seu estágio embrionário, e fortalecer a tarefa empreendida pelo POR Boliviano de reconstrução do Partido Mundial da Revolução Socialista.

Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional
Participação do Comitê de Enlace para Reconstrução da IV Internacional
Belo Horizonte, agosto de 2019 - RS 5,30

Agrava-se a crise mundial do capitalismo
Somente o proletariado pode encarnar o programa da revolução socialista
Em resposta à guerra comercial e às contrarreformas impostas pela burguesia, desenvolver as tendências de luta dos explorados, com suas reivindicações, método da ação direta e organização independente

Leia o Boletim Internacional do Comitê de Enlace

A edição nº 27, agosto, analisa o avanço da crise mundial e seus reflexos na América Latina. O Boletim é um instrumento voltado à reconstrução do Partido Mundial da Revolução Socialista, a IV Internacional.



O inferno do “milagre chileno”

Em 6 de outubro, se inicia a revolta popular contra mais um ataque do governo de Piñera, contra a vida da maioria oprimida. Estudantes deram o sinal, desacatando o aumento das passagens de metrô, pulando as catracas. A ação policial, com sua habitual violência, enfureceu a população. Daí em diante, as massas foram para as ruas, e transformaram Santiago em uma praça de combate. Responderam às bombas com barricadas, contra-ataques com qualquer objeto que lhes viessem às mãos, depredações e invasões e saques.

Os gastos em transporte chegam a atingir até 20% dos salários, e 30% das aposentadorias. O que se soma à privatização das mais elementares necessidades da reprodução da vida cotidiana; educação, saúde e Previdência, fundamentalmente. 11 milhões de chilenos (de um total de 18 milhões) não podem pagar suas dívidas, e a miserável Previdência privada converteu-se em um calvário para os aposentados.

Combina-se a essa convulsiva situação material, a rejeição aos partidos da ordem burguesa. Nas últimas eleições, menos de 50% dos habilitados foram votar. E o descrédito das Forças Armadas, alvos de processos por corrupção, a exemplo do “Pacogate”, que atingiu os Carabineros (polícia militarizada), e o “Milicogate”, envolvendo o Exército.

Esse é o retrato de um país em que 1% da população fica com 26,5% da riqueza, e os 10% mais ricos, com 66,5%. Enquanto que 50% da população ficam com apenas a 2,1%. Como se pode ver, o aumento foi apenas o estopim para a revolta das massas, fartas de arcar com o brutal retrocesso das condições de vida e da decomposição da democracia oligárquica e parasitária. Eis por que a revolta rasgou a demagogia do “milagre chileno”, que acoberta as contradições violentas, que emanam da lei da concentração da riqueza e da miséria, em polos antagônicos da sociedade.

O governo, finalmente, revogou os aumentos. Convocou um “amplo debate nacional”. Piñera necessita comprometer a oposição burguesa com o objetivo de esmagar o movimento, que se estendeu nacionalmente. O toque de recolher em 10 regiões, das 16 que tem o país, demonstra a real face ditatorial e fascizante que instaurou a ditadura genocida pinochetista. A máscara democrática que a acobertou por décadas estilhaçou, deixando surgir à superfície a real natureza do regime, erguido sobre a brutal superexploração e opressão nacional.

Os acontecimentos no Chile expressam as contradições que vêm explodindo por todo o continente, embora ajustadas às particularidades nacionais. Há mais de 10 anos, eclodem movimentos massivos e radicalizados de estudantes, funcionários públicos, aposentados, mapuches e, fundamentalmente, os operários da construção civil, portuários e mineiros. O “milagre chileno”, em que se espelharam e espelham os governos pró-imperialistas da América Latina, abala-se sob o impacto da



(...) a explosão do vulcão da luta de classes e a volta ostensiva dos militares no manejo do Estado, exigem do proletariado conquistar a sua independência política, erguendo o programa do governo operário e camponês.

barbárie social do capitalismo em decomposição, e pela contestação das massas.

O essencial para a política revolucionária está em compreender que a explosão do vulcão da luta de classes, e a volta ostensiva dos militares no manejo do Estado, exigem do proletariado conquistar a sua independência política, erguendo o programa do governo operário e camponês. Se não o fizer, a burguesia chilena, apoiada pelo imperialismo, imporá sua brutal ofensiva, apesar dos recuos conjunturais, combinando a repressão com manobras institucionais, para as quais Piñera contará com a oposição, responsável pela conservação das heranças do pinochetismo.

A burocracia sindical, corrompida e atrelada aos interesses da burguesia, joga nesse convulsivo cenário um papel central para manter a governabilidade burguesa. Ou seja, como coveira da luta das massas, como fez no passado. Diante do levante da maioria oprimida, a tarefa de superar as traições e os bloqueios burocráticos é uma condição necessária para que a vanguarda avance na construção do partido-programa e da estratégia da revolução e ditadura proletárias. Somente assim, os explorados e oprimidos ajustarão as contas com seu passado e traições do PS e PC estalinista, bem como com a ditadura pinochetista e toda sua estrutura jurídica e política, que sobrevive nos porões da democracia burguesa oligárquica.

Por ora, os explorados chilenos, nas ruas e em confronto com a repressão policial, expõem, sem atenuantes, o inferno que é para suas vidas o milagre econômico pinochetista. O próximo passo será o de fortalecer sua organização para melhor combater a burguesia carrasca e entreguista.

Adquira com o distribuidor de Massas: **R\$ 35**

SOCIALISMO OU BARBARIE

A Revolução Proletária na época do capitalismo em decomposição

O livro editado pelo POR, reúne uma coletânea de textos com elaborações e formulações programáticas sobre os fatores mais destacados da situação política mundial, um balanço dos 40 anos do golpe militar no Chile, um balanço dos 50 anos do golpe no Brasil e uma crítica programática ao foquismo nesse período.



As massas indígenas obrigam o governo de Lenín Moreno a recuar



Em 13 de outubro, foi alcançado um acordo entre o governo e a Confederação de Nacionalidades Indígenas do Equador (CONAIE), para revogar o Decreto 883.

O Decreto 883 – que extinguiu os subsídios aos combustíveis e liberalizava seus preços internos – fazia parte do acordo assinado pelo governo com o Fundo Monetário Internacional (FMI), em troca de um empréstimo de US\$ 4,2 bilhões. Sua aplicação significou um aumento de 123% nos preços dos combustíveis, provocando uma alta generalizada dos preços. O que acabou servindo de estopim ao levante das massas, atingidas pela destruição de suas condições de vida.

As principais cidades e estados se viram tomadas pelos protestos, greves, barricadas e enfrentamentos das massas contra as forças repressivas. Ao calor dos combates, foram erguendo-se as bandeiras “*Abaixo o pacotaço!*”, “*Fora o FMI!*” e “*Fora Moreno!*”. Sob elas, reunia-se a nação oprimida em choque com o imperialismo e o governo entreguista e anti-popular.

Moreno ensaiou afogar o movimento com a brutal repressão. Mas, a cada dia, o movimento ganhava amplitude e radicalidade. O que veio a se combinar com as tendências de ruptura da disciplina dentro do Exército Equatoriano. As tropas davam sinais de romperem a hierarquia.

No entanto, esteve ausente, nos confrontos, a vanguarda organizada em partido marxista-leninista-trotskista. O governo burguês, portanto, pôde abrir uma via às negociações com um setor em detrimento de outro, facilitando a divisão e desmonte do movimento. Esse perigo foi alertado pelo POR em sua declaração de dia 8 de outubro. Nela, dizíamos que

Mas, as nacionalidades indígenas são incapazes de encarnar o programa de expropriação da grande propriedade privada monopolista dos meios de produção, e de sua transformação em propriedade social, que decorre das leis de desenvolvimento do capitalismo e criam as condições de sua transição ao socialismo. Somente o proletariado pode expressar tal programa, por encarnar a produção social.

era possível que o governo conseguisse “*abortar a crise, combinando a violenta repressão com negociações, que desviem as massas para uma saída institucional*”. Isto porque o movimento indígena poderia “*arrefecer as manifestações, em troca de algumas medidas, como já o fez em levantes passados*”.

Para a CONAIE, o acordo configura uma vitória. A manutenção dos subsídios aos combustíveis retroage aos valores anteriores. Para a economia indígena, baseada na produção camponesa ao mercado interno, significa a redução dos custos dos serviços e insumos necessários à reprodução de suas condições de vida. Evidentemente, a grande capacidade do movimento in-

dígena para impor suas condições decorre de seu número, da homogeneidade de suas condições de vida e cultura. Mas, fundamentalmente, pelo fato de terem conquistado com a luta uma ampla autonomia administrativa e política em seus territórios. O que favorece sua diferenciação política perante o conjunto dos explorados, que comparecem como movimentos corporativistas e restringidos às reivindicações econômicas imediatas.

Mas, as nacionalidades indígenas são incapazes de encarnar o programa de expropriação da grande propriedade privada monopolista dos meios de produção, e de sua transformação em propriedade social, que decorre das leis de desenvolvimento do capitalismo e criam as condições de sua transição ao socialismo. Somente o proletariado pode expressar tal programa, por encarnar a produção social. Mas, estando ausente sua direção revolucionária, a radicalização e combatividade do movimento indígena acabam confluindo com a solução burguesa para a crise.

Isso explica por que o acordo culminou com a formação de uma “Comissão mista”, integrada pelas organizações indígenas e representantes do governo, que objetiva apresentar um “novo pacote de medidas”, que contenha “medidas de austeridade”, necessárias para “reduzir os gastos do governo”, “aumentar a receita” e “diminuir os déficits orçamentários e a dívida pública do país”. De forma que a retirada do Decreto 883 e a remoção dos chefes do Exército e do Comando Conjunto das Forças Armadas pelo presidente foram concessões conjunturais, que permitiram ao governo afastar do movimento seu setor majoritário, e impor à CONAIE as condições da “Paz Social”, ditadas pela burguesia e o imperialismo. A CONAIE aceitou as exigências do governo antinacional e antipopular de defender a Constituição e, assim, punir os manifestantes acusados de “vandalismo”.

A ausência da direção revolucionária não pode ser pre-

enchida pelo radicalismo e explosividade do movimento indígena, ou das massas populares. A explosividade indígena e popular reforça a conclusão sobre a necessidade do proletariado se constituir em direção política da nação oprimida. Somente assim, o movimento indígena e das camadas populares tem como romper com a burguesia e suas instituições.

Sabemos que a repressão e os acordos conjunturais não estancarão a marcha da crise econômica. A ofensiva da burguesia monopolista para impor uma violenta mudança nas relações entre o capital e a força de trabalho impulsionará novos levantes. O que reforçará a necessidade da vanguarda, que desperta para a consciência de classe revolucionária, se dedicar a construir o partido marxista-leninista-trotskista. A estratégia do governo operário e camponês tem enorme importância para a evolução política das massas e sua organização independente.

Bolívia

Declaração do Partido Operário Revolucionário

Consumada a fraude! Evo não sairá do poder pelas urnas Será expulso pelos explorados pela via insurrecional

Assim como fez com o 21 de fevereiro, o governo passou por cima dos resultados da votação popular. A fraude se consumou da maneira mais descarada.

O MAS não podia se submeter ao segundo turno, e tirou da cartola fraudulenta, dos 17% de votos que faltavam apurar no momento da paralisação da contagem no dia da eleição, os dez pontos que necessitava para se declarar vencedor sobre Mesa no primeiro turno.

À oposição impotente da velha direita, agora aglutinada ao redor do entreguista Carlos Mesa, só resta esperar em nome da defesa da inexistente democracia burguesa, com a qual querem manter o povo submetido à burguesia. A oposição é impotente para derrubar Evo, porque ambos são irmãos políticos; acima das diferenças e ambições está a proteção da ordem social burguesa.

O MAS percebe que a resposta popular à fraude pode ser violenta, por isso já começou a reprimir as primeiras reações de fúria da população, e a convocar os seus partidários para enfrentar as ações de rechaço à fraude.

São os próprios políticos opositores prejudicados que saem para acalmar os ânimos dos descontentes, em nome da “resistência e desobediência civil democrática”, pelos métodos pacíficos e parlamentares, agora que o MAS perdeu o controle absoluto no Parlamento.

O mesmo farão, no Oriente, os agroindustriais aliados do MAS, para acalmar os radicais de Santa Cruz racista.

Será sobre os explorados e oprimidos que cairão as medidas “salvadoras” burguesas, do novo governo masista a serviço da oligarquia de Santa Cruz e das multinacionais.

Temos de compreender que o único caminho para defender as nossas conquistas, direitos, e lutar para superar

o atraso, a miséria e a fome é a organização independente diante de todo governo burguês. Levantar nossas bandeiras revolucionárias de luta, recuperar das mãos dos burocratas vendidos as nossas organizações sindicais, e sair às ruas para lutar por pão, trabalho, educação, saúde, e contra o abuso patronal e a corrupção burguesa.

- * Por um sistema universal de saúde inteiramente financiado pelo Estado, sem colocar as mãos nas contribuições dos trabalhadores à CNS.
- * Pela defesa do plano de carreira docente e contra as horas trabalhadas e não pagas.
- * Pela incorporação dos médicos do sistema público de saúde à Lei Geral do Trabalho.
- * Por um salário mínimo vital.
- * Por trabalho estável e bem remunerado para os desempregados.
- * Pela defesa de nossos recursos naturais, nacionalização das minas e petróleo. Pela defesa do lítio e das ricas reservas de Pulacayo: que a sua exploração sirva para o desenvolvimento de Potosí.
- * Contra a devastação provocada pela agroindústria; em defesa da Chiquitanía e das áreas protegidas.

***Morte à burguesia impotente
e ao seu governo masista!
Com o POR, ao socialismo***

La Paz, 21 de outubro de 2019

*(Extraído do Jornal Masas n. 2.608,
do Partido Obrero Revolucionário da Bolívia)*

Argentina

Não derrotaremos Macri e o imperialismo com o pacto social dos Fernández, mas, nas ruas com a política da classe operária



Macri foi derrotado nas urnas. Mas, para derrotar o grande capital nacional e internacional e liquidar este regime de saque e superexploração, é necessária a política da classe operária, única classe que não tem nenhum vínculo com o capital.

O país **suporta hoje um desastre econômico**. Agravam-se, diariamente, as condições de vida e trabalho da grande maioria. É o resultado das políticas dos bancos nacionais e estrangeiros, das petroleiras, dos latifundiários, dos exportadores, dos grandes capitalistas, que tiveram enormes ganhos com o auxílio direto dos Estados Unidos e FMI. **Não foi só Macri.**

Teve a **colaboração** dos governadores, parlamentares e da burocracia sindical. Não podemos esquecer. Em que pese o apoio da imprensa, dos serviços de inteligência, dos juízes e da polícia, as massas enfrentaram essas políticas como puderam, desde o início. Nessas condições, produziu-se uma grande crise.

Essa resposta popular ao governo e a suas políticas foram desviadas transitoriamente para o voto nos **Fernández**, que venceram amplamente nas PASO. O que concentrou o voto de rejeição, e também criou a expectativa de que poderá haver uma mudança importante com o novo governo.

Macri foi derrotado nas urnas. Mas, para derrotar o grande capital nacional e internacional, e liquidar este regime de saque e superexploração, é necessária a política da classe operária, única classe que não tem nenhum vínculo com o capital.

Para acabar com a **subordinação ao imperialismo**, devemos derrotar todas as reformas neoliberais implantadas desde 1975, recuperar todas as empresas privatizadas, todos os recursos, em primeiro lugar o petróleo, e desconhecer toda a dívida externa e interna em dólares e em pesos. Os bancos de-

vem ser nacionalizados, assim como o comércio exterior, para que não fujam nem dilapidem um único dólar. Os grandes latifundiários têm de ser expropriados. Não podemos continuar tolerando que cresça a fome e a desnutrição de nossas crianças, enquanto se produzem alimentos para mais de 400 milhões de pessoas.

Fernández governará para todos esses setores. Já disse que pagará as dívidas, que respeitará os contratos, que as empresas recuperarão seu valor, que terão lucros. Alertamos, desde já, que não haverá nenhuma mudança de fundo. Que não devemos dar nenhuma trégua. Sua proposta de “fome zero” é a confissão de sua incapacidade para acabar com a pobreza. O **pacto social** que nos oferece é que renunciemos às nossas reivindicações e abandonemos a luta.

Essas medidas deverão ser impostas pela ação direta das massas. Não serão resultados de uma lei ou de uma Constituinte. Medidas elementares que somente a classe operária no poder poderá tomar, com apoio da maioria oprimida. Nenhum governo burguês o fará. Depende da nossa organização, da nossa luta, da nossa política.

Intervimos na campanha eleitoral propagandeando essas ideias, a política da classe operária, e **chamamos a anular o voto**, porque nenhum candidato, nenhuma chapa defende esta política. As eleições procuram legitimar o sistema de exploração, ganhe quem ganhar. É necessário que a classe operária conquiste sua independência política e deixe de seguir candidatos e políticas que defendem o regime político do grande capital. Que tome em suas mãos as rédeas da sociedade, lutando pela transformação da sociedade sob o socialismo, caminho da sociedade sem classes, o comunismo. Não há nenhuma possibilidade de reformar ou humanizar o capitalismo. Com estas bandeiras chamamos a **construir o POR**.

(Extraído do Jornal Massas nº 360, órgão do Partido Operário Revolucionário da Argentina)

Rebelião no Líbano contra os ajustes

Milhares de manifestantes exigiram a retirada dos novos impostos, que constam de um acordo entre o FMI e o governo libanês. Se bem que a gota d'água foi o anúncio de uma taxa para chamadas feitas através da internet, a medida fez explodir as chagas que decorrem do agravamento da crise econômica.

A revolta obrigou o governo a retirar a medida. Agora, avalia refazer o orçamento para 2020 que não inclua novos impostos. O movimento celebrou o recuo do primeiro-ministro Saad Hariri como uma vitória. As manifestações agravaram o quadro da crise interburguesa. O partido cristão Forças Libanesas abandonou o “governo de coalizão”, enquanto o Partido das Forças Libanesas (direitista) repudiou o recuo, saindo em defesa da aplicação do “pacote de ajustes”. O que afetará o frágil equilíbrio entre as frações sectárias, que ocupam cargos políticos com base na origem religiosa.

Foi o imperialismo que impôs a “unidade nacional”, depois da guerra civil de 1975 a 1990. E agora trabalha por preservar as condições políticas, que lhe permitem subordinar o país atrasado. A dívida externa é de US\$ 86 bilhões, 150% do PIB. A economia nacional está amplamente submetida ao parasitismo financeiro, enquanto 25% da população vive na miséria e padece do desemprego estrutural, baixíssimos salários e péssimos serviços básicos essenciais.

Entra e sai governo, alianças se fazem e desfazem, mas se preservam a estrutura econômica e as relações sociais que mantêm a nação no atraso, e as massas na miséria. São essas as condições que se expressaram na revolta sob a bandeira “*O povo quer derrubar o regime*”.



Os protestos foram liderados pela juventude oprimida, que rejeitou ser representada pelos partidos e as diversas frações religiosas. Essas condições abrem caminho para a vanguarda avançar na construção do partido marxista-leninista-trotskista, e convergir com a reconstrução da IV Internacional, cujo programa dos Estados Unidos Socialistas do Oriente Médio assinala o caminho da resolução das tarefas democráticas pendentes, em sua estreita interdependência com as tarefas socialistas de expropriação da propriedade privada, e sua transformação em propriedade coletiva.

Somente sobre essas bases serão, finalmente, superadas todas as travas sectárias e religiosas que ainda permanecem entre as massas árabes, bem como se abrirá uma via ao livre desenvolvimento de todas as potencialidades da economia e cultura regionais.

A autodeterminação da Catalunha e a revolução proletária

Em 1º de outubro de 2017, a maioria do povo catalão decidiu, em referendun, pela separação da Espanha. Em 27 de outubro, foi declarada a independência. O governo espanhol respondeu destituindo o governo, militarizando a região, e processando suas lideranças. Em 13 de outubro de 2019, o Tribunal Superior da Espanha condenou por sedição nove ex-funcionários do governo catalão, de 9 a 13 anos de prisão. Outros três tiveram seus direitos políticos cassados. Seu ex-presidente, Carles Puigdemont, refugiou-se na Bélgica.

Após a sentença, uma greve geral paralisou a Catalunha. 500 mil manifestantes enfrentaram a medida ditatorial e as forças repressivas. O certo é que continuam presentes no seio das massas catalãs as tendências à autodeterminação, que, para avançarem, terão de quebrar a centralização nacional-chauvinista da burguesia espanhola. A sentença demonstra que a burguesia espanhola impedirá, pela força, qualquer tentativa à autodeterminação dos catalães. Não por acaso, combateu a sangue e fogo a rebelião dos bascos por mais de 50 anos.

O movimento nacionalista burguês demonstrou-se impotente para realizar a tarefa democrática da autodeterminação nacional. A burguesia catalã não pode romper com os laços políticos e econômicos (de classe), que a atam à burguesia espa-

nhola e europeia. Fundamentalmente, não pode permitir que o movimento de massas se radicalize, e projete em seu seio a política do proletariado, que considera a realização da autodeterminação como parte da revolução social, para acabar com a dominação geral da burguesia espanhola, e com a dominação particular da burguesia catalã.

Está aí por que os líderes dos partidos burgueses e pequeno-burgueses da Catalunha, incluindo os nove condenados, acusaram os destacamentos mais radicalizados das massas de “vândalos” e exigiram que se mantenha o movimento dentro dos princípios da “não violência” e da “desobediência civil”. Ocorre que o direito elementar da Catalunha, bem como de qualquer nacionalidade oprimida, de decidir democrática e livremente sobre seus destinos, está impedido de se realizar no quadro do capitalismo e dos marcos políticos da União Europeia.

Somente no âmbito da revolução e ditadura proletárias, poderão as nacionalidades oprimidas resolver as tarefas democráticas, e desenvolver a cooperação sobre a base da construção do socialismo. No momento, é fundamental que a classe operária espanhola, europeia e mundial se levante contra a intervenção ditatorial e fascizante do Estado espanhol, sob a bandeira do direito à separação e autodeterminação da Catalunha.

102 anos da Revolução Russa de outubro de 1917

Aproveitamos esse momento para publicar as Quatro Teses sobre a Situação Política, escritas por Lênin, em 10 de julho de 1917, por meio das quais se faz uma mudança tática, voltada a preparar a insurreição das massas.

As Teses foram discutidas em uma reunião ampliada do Comitê Central do Partido Bolchevique, nos dias 13 e 14 de julho, contando com a presença de representantes do Comitê de Petersburgo, da Organização militar adjunta ao Comitê Central, do Bureau da região de Moscou, do Comitê de Moscou e do Comitê dos distritos de Moscou. Foram divulgadas em 2 de agosto.

A melhor forma de comemorar os 102 anos da Revolução Russa é assimilar os fundamentos do leninismo.

A Situação Política (Quatro Teses)

Lênin



1. A contrarrevolução organizou-se, consolidou-se e, na prática, tomou nas suas mãos o poder do Estado

A total organização e a consolidação da contrarrevolução consistem na união muito bem pensada e materializada das três forças contrarrevolucionárias principais: 1) o partido dos democratas-constitucionalistas (Kadete), isto é, o verdadeiro chefe da burguesia organizada, retirando-se do ministério, apresentou a este um ultimato, preparando o terreno para que a contrarrevolução pudesse derrubá-lo; 2) o Estado-Maior e o alto comando do exército, com a ajuda consciente ou semiconsciente de Kerenski, que até os socialistas revolucionários mais destacados qualificam agora de Cavaignac, tomaram praticamente o poder estatal nas mãos, desfechando a repressão contra as tropas revolucionárias na frente, começaram a desarmar as tropas e os operários revolucionários, em Petrogrado e em Moscou, a reprimir e esmagar o movimento em Nizhni-Nóvgorod, a prender os bolcheviques e a fechar os seus jornais, não só sem julgamento, mas inclusive sem nenhum decreto do governo. A rigor, o poder estatal na Rússia é hoje, essencialmente, uma ditadura militar; essa situação ainda aparece dissimulada por algumas instituições em palavras revolucionárias,

ainda que impotentes na prática. Mas é um fato indiscutível e tão radical, que, sem compreendê-lo, não se pode explicar a situação política; 3) a imprensa monárquica dos centúrias negras e a burguesa, que já passaram da furiosa campanha contra os bolcheviques a uma campanha contra os soviets, contra o «incendiário» Tchernov, etc., demonstraram com a maior clareza que a verdadeira essência da política da ditadura militar, que hoje domina na Rússia e é apoiada pelos Kadetes e os monárquicos, consiste em preparar a dissolução dos Soviets. Muitos dirigentes socialistas revolucionários e mencheviques, isto é, da atual maioria dos Soviets, já reconheceram e manifestaram isso nestes últimos dias, mas, como autênticos pequeno-burgueses, se fazem de desentendidos dessa terrível realidade com frases ocas e eloquentes.

2. Os dirigentes dos soviets e dos partidos socialistas revolucionários e menchevique, com Tsereteli e Tchernov à frente, traíram definitivamente a causa da revolução, ao colocá-la nas mãos dos contrarrevolucionários, e ao se converterem e converterem seus partidos e os soviets em cortina de fumaça da contrarrevolução.

Isso fica demonstrado pelo fato de os socialistas revolucionários e os mencheviques delatarem os bolcheviques, e aprovaram tacitamente a destruição dos seus jornais, sem se atreverem sequer a dizer ao povo de modo direto e aberto que o faziam e por que faziam. Ao legalizar o desarmamento dos operários e dos regimentos revolucionários, despojaram a si mesmos de todo o poder real. Converteram-se em impostores, que ajudavam a reação a «distrair» a atenção do povo, até que a reação concluísse os seus últimos preparativos para dissolver os Soviets. Sem reconhecer essa bancarrota total e definitiva dos partidos socialistas revolucionários e mencheviques, e da atual maioria dos soviets, sem reconhecer o caráter totalmente fictício do seu “diretório”, não é possível compreender absolutamente nada da situação política atual.

3. Todas as esperanças de um desenvolvimento pacífico da revolução russa se desvaneceram para sempre. A situação objetiva é esta: ou a vitória completa da ditadura militar, ou o triunfo da insurreição armada dos operários, triunfo que só é possível se coincidir com um levante profundo das massas contra o governo e contra a burguesia, provocado pelo desastre econômico e o prolongamento da guerra.

A palavra de ordem “Todo o poder aos soviets” era adequada ao desenvolvimento pacífico da revolução, possível em abril, maio, junho, e ainda até 5-9 de julho, isto é, antes que o poder tivesse passado efetivamente para as mãos da ditadura militar. Agora, essa palavra de ordem já não é justa, pois, não leva em conta a mudança ocorrida, nem o fato de que os socialistas revolucionários e mencheviques traíram totalmente, nos fatos, a revolução. Nem as aventuras, os motins, as resistências isoladas, ou as tentativas desesperadas de se opor isoladamente à reação podem mudar as coisas, mas somente a clara consciência da situação, a disciplina e a tenacidade da vanguarda operária, a preparação das forças para uma insurreição armada, cujas condições de vitória são agora terrivelmente difíceis, mas possíveis, no caso de se produzir uma coincidência dos fatos e tendências assinalados nessas teses. Nada de ilusões constitucionalistas e republicanas, nada de ilusões acerca da uma via pacífica, nada de ações dispersas, não devemos nos deixar levar agora pela provocação dos centúrias negras, nem dos cossacos; há que reunir as forças, reorganizá-las e prepará-las firmemente para uma insurreição armada, desde que a evolução da crise permitir fazê-lo, em uma verdadeiro levante de massas, de todo o povo. A passagem das terras para os camponeses é agora impossível sem uma insurreição armada, pois, a contrarrevolução, tendo tomado o poder, uniu-se completamente aos latifundiários como classe.

O objetivo da insurreição armada só pode ser a passagem do poder para as mãos do proletariado, apoiado pelos camponeses mais pobres, a fim de realizar o programa do nosso partido.



“Nada de ilusões constitucionalistas e republicanas, nada de ilusões acerca da uma via pacífica, nada de ações dispersas, não devemos nos deixar levar agora pela provocação dos centúrias negras, nem dos cossacos; há que reunir as forças, reorganizá-las e prepará-las firmemente para uma insurreição armada, desde que a evolução da crise permitir fazê-lo, em uma verdadeiro levante de massas, de todo o povo.”

4. O partido da classe operária, sem abandonar a legalidade, mas sem superestimá-la, nem por um momento sequer, deverá combinar o trabalho legal com o ilegal, como nos anos 1912-1914.

Não abandonar, nem por uma hora sequer, o trabalho legal. Mas não acreditar nem um só instante em ilusões constitucionalistas e “pacíficas”. Criar imediatamente, em toda a parte, e para tudo, organizações ou células ilegais para publicar folhetos, etc. Reorganizar-se em seguida, disciplinada e firmemente, em toda a linha.

Atuar como nos anos 1912-1914, quando sabíamos falar da derrocada do czarismo pela revolução e insurreição armada, sem perder a nossa base legal na Duma de Estado, nem nas caixas de socorros, nem nos sindicatos, etc.

(Extraído da obra *Trabalhos Inéditos, Lênin*, Ediciones Estudios, Buenos Aires. 1972)

**PÔR EM PÉ O PARTIDO MUNDIAL
DA REVOLUÇÃO SOCIALISTA
RECONSTRUIR A IV INTERNACIONAL**



R\$ 35

**ADQUIRA
COM NOSSO
DISTRIBUIDOR
DE MASSAS**



Apontamentos sobre a história do Partido Bolchevique

No Jornal Massas anterior, relatamos o momento em que Lênin reconhece que a possibilidade dos mencheviques e socialistas revolucionários levarem os soviets a destituírem o governo de Kerenski, portanto, darem curso à revolução de forma pacífica, estava esgotada. Em meados de setembro, a crise revolucionária havia se agravado. O desfecho entre revolução e contrarrevolução se aproximava rapidamente. Mencheviques e socialistas revolucionários manobravam em torno à realização do que denominavam “Conferência Democrática”. Era o que restava aos oportunistas para conservar o governo bonapartista de Kerenski, que visivelmente estava acabado, e que daria lugar à retomada da ofensiva dos generais para acabar com o duplo poder, e esmagar os bolcheviques.

Lênin se achava oculto na clandestinidade, o que dificultava seu trabalho na direção dos bolcheviques. Não havia nítida compreensão comum de que o partido deveria preparar a insurreição, à margem da “Conferência Democrática”. Um fato que revelava uma mudança qualitativa na situação era que os bolcheviques haviam conseguido conquistar a maioria dos soviets de deputados, operários e soldados em Petersburgo e Moscou. A perda da direção dos soviets pelos mencheviques e socialistas revolucionários correspondia a um deslocamento das massas, em luta contra a política de guerra e a miséria que devastava a Rússia.

Lênin escreveu duas cartas ao Comitê Central – “Os bolcheviques devem tomar o poder” e “O marxismo e a insurreição” –, que foram decisivas para enfileirar o partido rumo à derrubada do governo de Kerenski. Em ambas, transparece o temor de que a “Conferência Democrática” sirva de instrumento para desviar o curso da revolução, e facilitar a investida das forças burguesas contrarrevolucionárias. Na primeira, de 12 de setembro de 1917, Lênin mostra que o partido não podia fechar os olhos para a rápida mudança da situação e a confluência das massas para as bandeiras e a política dos bolcheviques. Eis: “A maioria do povo está conosco. É o que demonstra o amplo e difícil curso dos acontecimentos, desde 6 de maio até 31 de agosto, e os de 12 de setembro – a maioria conquistada nos soviets das capitais é o fruto da evolução do povo em nossa direção. As vacilações dos socialistas revolucionários e os mencheviques, e o aumento da quantidade de internacionalistas em suas filas, também o confirma”.

Em relação às manobras dos oportunistas, Lênin explica: “A Conferência Democrática não representa a maioria do

povo revolucionário, mas somente a camada superior conciliadora da pequena burguesia. Não se pode deixar enganar pelos números eleitorais; as eleições não provam nada – comparem-se as eleições das Dumas de Petersburgo e Moscou com as eleições dos soviets. Comparem-se as eleições em Moscou com a greve de 12 de agosto em Moscou – esses dados são objetivos, a respeito dessa maioria de elementos revolucionários que conduzem as massas”. Conclui: “Somente o governo bolchevique cumprirá as reivindicações do campesinato”. Nesse mesmo sentido, Lênin alerta para o perigo de se manter à espera da convocação da Assembleia Constituinte, tão prometida quanto adiada pelos oportunistas. A tarefa urgente era de preparar “uma insurreição armada em Petersburgo e Moscou (e sua região), a conquista do poder e a derrubada do governo”.

Na carta “O marxismo e a insurreição”, de 14 de se-

tembro, Lênin desenvolveu os fundamentos marxistas da revolução proletária. Viu-se obrigado a responder às acusações de que a insurreição naquele momento era uma aventura. No interior do Comitê Central, Kamenev já havia se colocado contra a posição de Lênin ao discutir a primeira carta. Lênin retoma a constatação de que a situação havia amadurecido para a tomada do poder, uma vez que Kerenski já não governava, e as massas em luta não mais atendiam à direção conciliado-

ra, reconhecendo, portanto, a diretriz dos bolcheviques. Para os marxistas, em primeiro lugar, “a insurreição deve se apoiar no ascenso revolucionário do povo”, em segundo, “a insurreição deve ser apoiar nesse momento de virada na história da revolução em ascenso, em que a atividade da vanguarda do povo está em seu apogeu, em que são maiores as vacilações nas fileiras do inimigo e nas fileiras dos débeis, frios, indecisos amigos da revolução”.

Em seguida às duas cartas, Lênin desenvolveu a orientação sobre a insurreição no documento “A Revolução Russa e a Guerra Civil”, com o subtítulo “Assustam-se com a Guerra Civil”. Argumentou com os fatos de que a guerra civil já havia sido prenunciada pela conspiração e rebelião militar de Kornilov, “apoiadas pelos latifundiários e capitalistas, dirigidos pelo partido Kadete...”.

A possibilidade do desenvolvimento pacífico da revolução, que dependia da aliança dos bolcheviques com os mencheviques e socialistas revolucionários, estava superada. Haveria, portanto, de combater as vacilações e assumir plenamente a tarefa de organizar a insurreição.

(As citações foram extraídas das Obras Completas, Lênin, tomo XXVII, Akal Editor)